

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/08/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 13 de Agosto de 2020 - 11:40

MP-BA faz interrogatório por videoconferência de investigados por sonegação



Promotores de Justiça realizaram três interrogatórios através de videoconferência nesta quarta-feira (12). Os interrogatórios eram necessários no curso de uma investigação relacionadas à prática de **crimes de sonegação fiscal** e lavagem de dinheiro, com prejuízo de mais de R\$ 3 milhões aos erários. Essa foi a primeira vez que a equipe realizou interrogatórios por meio de videoconferência.

Os interrogatórios tiveram a participação dos promotores de Justiça Vanezza Bastos Rossi e Hugo Casciano Sant'Anna, da delegada de Polícia Nayara Graciela Sales Brito, da **inspetora da Inspeção de Investigação e Pesquisa Fazendária (Infip/Sefaz) Sheilla Meirelles** e do procurador do Estado Leoncio Dacal.

Segundo o promotor de Justiça Hugo Casciano, os interrogatórios fazem parte do inquérito policial instaurado pelo Núcleo Fiscal da Delegacia de Crimes Econômicos e Contra a Administração Pública (Dececap) e acompanhado pela Promotoria Regional de Combate à Sonegação Fiscal de Camaçari. A investigação conjunta apura a prática dos crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro na administração de empresas do ramo de Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos para uso Industrial, Serviços de Usinagem, Solda e Fabricação de Obras de Caldeiraria, situadas no município de Camaçari.

A Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal é uma iniciativa que integra o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), colegiado que reúne o Ministério Público Estadual, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o Tribunal de Justiça do Estado e as **secretarias estaduais da Fazenda (Sefaz)**, de Administração (Sead) e da Segurança Pública (SSP).

COVID-19 Cavalcanti fala que criminalização de débito declarado põe atividade empresarial em risco

“SONEGADOR É QUEM NÃO DECLARA DÍVIDA”, DIZ VICE-PRESIDENTE DA ACB

ISSO É BAHIA

DA REDAÇÃO

Criminalizar a dívida declarada é colocar a atividade empresarial no Brasil como atividade de risco, é o que defende o vice-presidente e coordenador do núcleo jurídico da Associação Comercial da Bahia (ACB), Paulo Cavalcanti. O empresário falou sobre a insegurança jurídica que os empresários do Brasil sentem ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, na manhã de ontem.

A fala de Paulo vem após o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que é considerado crime o não pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), devidamente declarado. Conforme a decisão, os responsáveis por empresas que não repassarem ao estado o valor recolhido de ICMS cobrado no preço de mercadorias poderão ser processados pelo crime de apropriação indébita tributária.

Antes da decisão, proferida no fim do ano passado, a falta de pagamento não era reconhecida como crime tributário, mas como simples inadimplemento do valor. Para o empresário, a intenção da Fazenda Nacional é a



Maurício Franco / Divulgação / 14.8.2020

Cavalcanti explica que é importante diferenciar quem sonega imposto do empresário que não pôde pagar

coação, a utilização do direito penal como órgão cobrador.

Cavalcanti explica que é importante diferenciar quem sonega imposto do empresário que, por alguma dificuldade, não pôde ficar em dia com os tributos. “Sonegador é quem não declara, ou quem diz que o preço foi menor para deixar de pagar algum imposto. Aquele que

tenta de qualquer forma esconder a dívida que ele tem. Age de má-fé, de forma proposital para se beneficiar”, explicou o vice-presidente da ABCB.

Pena prevista

A pena prevista é de seis meses a dois anos de detenção; no entanto, são suspensas mediante o pagamento da dívida ou pela adesão a pro-

gramas de refinanciamento de dívidas (Refis).

“Imagine uma determinação fecha o shopping, com isso você deixa de vender seus produtos e atrasou sua dívida do ICMS, por exemplo, você vai lá e declara espontaneamente ‘eu devo aqui x mil reais’. Aí a Fazenda diz que ‘é devedor contumaz aquele cidadão que atrasar mais de três me-

ses’. Entra um processo e vai atrás de quem está tentando trabalhar”, demonstrou o empresário.

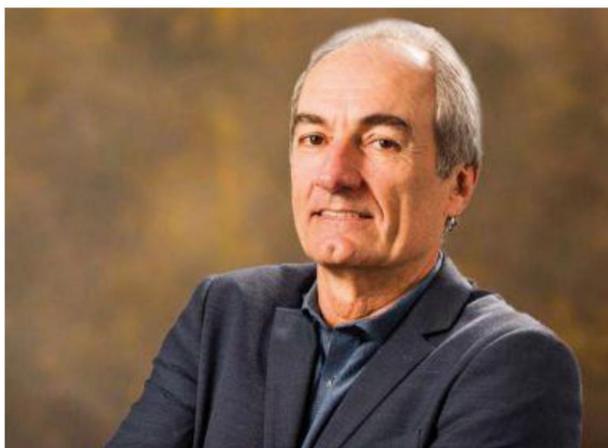
Ainda conforme Paulo, a ACB, com o seu núcleo jurídico, está entrando em contato com os legisladores para tentar rever a decisão e encontrar formas de não criminalizar a dívida. Além de oferecer apoio jurídico aos empresários.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/08/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 13 de Agosto de 2020 - 10:25

Vice-presidente da ACB critica criminalização de empresário que atrasa tributos



O vice-presidente da Associação Comercial da Bahia (ACB) e coordenador jurídico da entidade, Paulo Cavalcanti, voltou a defender nesta quinta-feira (13) a importância de uma Legislação no Brasil que diferencie a sonegação de impostos ao atraso do pagamento de tributos praticado por empresários de forma declarada.

O empresário comentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que passou a considerar crime o não pagamento declarado do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**.

“O governo não está trabalhando para o cidadão e sim para o estado [ao judicializar os tributos atrasados]. E isso é muito ruim. Temos que pagar o imposto, mas não podemos violar a privacidade do cidadão e Constituição Brasileira”, disse Cavalcanti em entrevista ao Isso é Bahia, de A Tarde FM (103.9) e Bahia Notícias.

A ACB, com o seu núcleo jurídico, está entrando em contato com os legisladores para tentar reverter a decisão e encontrar formas de não criminalizar a dívidas empresariais. Além de oferecer apoio jurídico aos empresários.

“Imagine uma determinação fecha o shopping, com isso você deixa de vender seus produtos e atrasou sua dívida do ICMS, por exemplo, você vai lá e declara espontaneamente ‘eu devo aqui x mil reais’. Aí a Fazenda e diz que ‘é devedor contumaz é aquele cidadão que atrasar mais de três meses’. Entra um processo e vai atrás de quem está tentando trabalhar”, demonstrou o empresário.



REPRODUÇÃO

Alban acredita que economia baiana deve surpreender

Indústria Presidente da Fieb espera que queda no PIB baiano seja inferior aos 7,2% projetados atualmente

Redação
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

A economia baiana começa a dar sinais positivos, mas o temor de um possível “repique” nos casos de contaminação pelo coronavírus será um fantasma que vai acompanhar o mundo até que exista uma vacina para a covid-19. Mesmo com a preocupação, o empresário Ri-

cardo Alban, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb) acredita que a economia do estado ainda pode surpreender e encolher menos que o previsto.

“O Brasil sempre demonstrou que tem uma capacidade de recuperação muito grande porque nós temos tantas carências, tantas demandas reprimidas, que podemos surpreender”, analisou Alban, durante a live Política & Economia, apresentada pelo jornalista Donaldson Gomes, ontem.

De acordo com um estudo da própria Fieb, o Produto Interno Bruto (PIB) baiano deve ter uma queda de 7,2% este ano. Porém, Alban diz que existem sinais no mercado que permitem esperar um resultado melhor, com uma queda

de 4,5% e 5%. No início da pandemia, a expectativa era de uma queda de 6,4%.

“As coisas estão muito dinâmicas e o que é verdade hoje pode não ser amanhã, mas a minha percepção é de que nós devemos revisar isso para melhor. Existem algumas situações que alimentam essa sensação”, diz o presidente da Fieb, ressaltando que se trata de uma “expectativa” dele. Entre os fatores que alimentam a esperança, ele cita a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), que tem significativa participação no resultado do estado e que há alguns meses opera em alto nível.

Além disso, ele cita o setor agrícola e mineral. “Tem algumas coisas recuperando, outras ainda estão fracas, mas eu acredito que vamos conseguir revisar essa previsão. Isso não tem base em dados estatísticos, mas não me surpreenderá se tivermos uma queda menor que a prevista hoje”, destaca.

HORA DE REAGIR
O presidente da Fieb destacou a importância que o auxílio emergencial de R\$ 600 teve para a economia brasileira. “A cadeia produtiva da construção civil está com a produção vendida. Esses recursos foram canalizados para o consumo. Mas isso vai acabar e a economia precisa respon-

der para repor o que existia antes”, acredita.

O presidente da Fieb considera fundamental que o processo de retomada da economia permaneça em curso sempre de maneira responsável e monitorada de perto.

Alban destaca uma série de incertezas em relação à atividade econômica no pós-pandemia, citando mudanças na estrutura de consumo da população. Ele cita como exemplo a força do e-commerce e seus possíveis efeitos. “Isso vai significar uma mudança no sistema do transporte aéreo para mais cargas? As empresas do comércio vão investir mais na logística e menos em lojas? As pessoas vão voltar a viajar como antes? As reuniões serão revisitadas”, cita.

Uma possibilidade destacada por ele é a do incremento do turismo interno. “Podemos ter uma mudança no turismo que vai abrir novos mercados”, acredita.

Ele acredita que após o coronavírus, o mundo inteiro irá rever suas cadeias produtivas, atualmente impactadas principalmente pelo preço. “As cadeias produtivas não serão mais estruturadas com base nos menores custos de produção. Vai ser necessário fortalecer cadeias internas. Na área de saúde, certamente isto vai acontecer”.

Ricardo Alban
Presidente da Fieb

Isso não tem base em dados estatísticos, mas não me surpreenderá se tivermos uma queda menor que a prevista hoje

Temos agora uma reabertura gradativa e necessária, mas ela pode trazer uma nova onda de contaminações porque não temos as condições de transporte e de saneamento ideais

As cadeias produtivas não serão mais estruturadas com base nos menores custos de produção. Vai ser necessário fortalecer cadeias internas. Na área de saúde, certamente isto vai acontecer

As cadeias produtivas não serão mais estruturadas com base nos menores custos de produção. Vai ser necessário fortalecer cadeias internas. Na área de saúde, certamente isto vai acontecer

Uma das áreas apontadas como mais promissoras pelo presidente da Fieb é a área mineral. “A Bahia tem tudo para ter um 2021 promissor graças à mineração e à energia renovável”, diz.

O sucesso no processo de retomada da economia vai depender de uma contribuição efetiva do setor financeiro, defendeu o presidente da Fieb, Ricardo Alban. “Eu recebo muitos companheiros empresários que reclamam de dificuldades para ter acesso a linhas onde o governo ofereceu garantias de 80%”, conta.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Para Ricardo Alban, a recriação de um tributo sobre movimentações financeiras, apelidado informalmente de “nova CPMF”, teria aspectos negativos e positivos.

“O grande aspecto negativo é que não é um imposto igualitário. Quanto maior for uma cadeia produtiva, maior será a taxação daquele segmento. E não é um imposto justo porque impacta por igual mais favorecidos e os menos favorecidos”, diz. Por outro lado, complementa: “é eficiente na socialização da carga, sem nenhuma dúvida. E é de eficiência astronômica no combate à sonegação”.

Ele defendeu a necessidade de se discutir uma reforma administrativa junto com a reforma tributária. “Precisamos de um estado compatível ao tamanho de nossa economia”, diz.

Após 4 quedas consecutivas, setor de serviços cresce 5% em junho

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O volume de serviços no país cresceu 5% em junho na comparação com o mês anterior. A alta veio depois de quatro quedas consecutivas do indicador, quando acumulou perda de 19,5%. Os dados, da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos demais tipos de comparação, no entanto, o setor apresentou quedas: compa-

ração com junho de 2019 (-12,1%), acumulado do semestre (-8,3%) e acumulado de 12 meses (-3,3%). A receita nominal cresceu 2,5% na comparação com maio, mas caiu 12,1% na comparação com junho do ano passado, 7% no acumulado do semestre e 1,1% no acumulado de 12 meses.

Efeitos da pandemia

De acordo com o IBGE, os efeitos negativos da pandemia da Covid-19 sobre o setor de serviços começaram a ser sentidos nos últimos 10 dias

do mês março e se aprofundaram nos dois meses subsequentes, provocando uma retração de 18,6% no período março a maio. Em fevereiro, mesmo antes da pandemia, o setor já havia recuado 1%.

A alta de 5% na passagem de maio para junho foi provocada por crescimentos nos volumes das cinco atividades de serviços pesquisadas pelo IBGE, com destaques para transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (6,9%) e serviços de informação e comunicação (3,3%).

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 14/08/2020	Página: A8

Abertura de pequenos negócios é simplificada

KELLY OLIVEIRA
Agência Brasil, Brasília

A abertura e o funcionamento de pequenos negócios no Brasil serão simplificados a partir de 1º de setembro. Foi publicada ontem no Diário Oficial da União a resolução, aprovada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), que permite que microempreendedores individuais (MEIs) sejam dispensados de atos públicos de liberação de ativida-

des econômicas relativas à categoria.

Segundo o Ministério da Economia, a norma é reflexo da Lei de Liberdade Econômica, em vigor desde setembro do ano passado, que visa tornar o ambiente de negócios no país mais simples e menos burocrático.

Inscrição no portal

Após inscrição no Portal do Empreendedor, o candidato a MEI manifestará sua concordância com o conteúdo do Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará de Licença de Funcionamento. O documento será emitido eletronicamente e permite o exercício imediato de suas atividades. As fiscalizações para verificação dos requisitos de dispensa continuarão a ser realizadas, mas o empreendedor não necessitará aguardar a visita dos agentes públicos para abrir a empresa.

ANP reduz mistura de biodiesel ao diesel para 10%

AGÊNCIA BRASIL
Rio de Janeiro

A diretoria colegiada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com a concordância do Ministério de Minas e Energia (MME), aprovou ontem a redução excepcional e temporária do percentual de mistura obrigatória do biodiesel ao óleo diesel dos atuais 12% para 10% no bimestre de setembro e outubro de 2020.

Segundo a ANP, a medida é necessária para dar continuidade ao abastecimento nacional, uma vez que a oferta de biodiesel para o período poderia não ser suficiente para atender à mistura de 12% ao diesel B, que vem sendo bastante consumido, apesar da atual situação de pandemia de Covid-19.

ENCONTRO Evento "Aqui nasceu o Brasil, aqui renasce o turismo" reuniu empresários e políticos

Ministro visita Porto Seguro para incentivar retomada do turismo

Bacelar Filho defende incentivos ao setor



DA REDAÇÃO

O ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, afirmou ontem durante visita a Porto Seguro que a pasta prepara um grande projeto de promoção para incentivar os brasileiros a voltar a viajar pelo país.

Promovido pelo deputado federal longa Bacelar e pelo deputado estadual Jânio Natal, ambos do PL, o evento "Aqui nasceu o Brasil, aqui renasce o turismo" contou com a participação de integrantes do trade turístico da Costa do Descobrimento, empresários, políticos, representantes de categorias e entidades de classe.

Entre os convidados, estiveram o deputado federal Ronaldo Carletto (PP), o presidente do Banco do Nordeste, Romildo Rolim, e os representantes locais Oliver Abade - presidente da ABIH Porto Seguro - e Kevin Sebastian - presidente da Uni Líderes.

"Se temos um dos pais mais belos do mundo, por que não privilegiar os nossos destinos? Essa campanha é para atingir o coração do brasileiro e mostrar que, à medida que ele viajar, vai estar gerando emprego e renda para os nossos irmãos brasileiros", declarou. Segundo o ministério, a cidade tem o terceiro maior polo hoteleiro do país, atrás somente de São Paulo e Rio de Janeiro.

"Essa campanha é para atingir o coração dos brasileiros. A medida que nós aumentarmos o fluxo de turistas brasileiros e aumentar a vinda dos turistas estrangeiros, conseguiremos inverter a balança, que hoje está com déficit de 13 bilhões de dólares. São 19 bilhões de dólares que os brasileiros



Ministro Álvaro Antônio salientou a importância do polo hoteleiro de Porto Seguro, atrás apenas de SP e RJ

Álvaro Antônio pretende atingir 100 milhões de brasileiros com a iniciativa

Ministro defendeu uso de protocolos de segurança em eventual retomada

gastam no exterior, enquanto, em contrapartida, os estrangeiros deixam aqui apenas 6 bilhões de dólares", disse o ministro.

Álvaro Antônio afirmou ainda que pretende atingir 100 milhões de brasileiros com a iniciativa e defendeu que o País está pronto para a retomada das atividades turísticas. "Nós colocamos o Brasil entre os primeiros dez primeiros que implantaram o selo de segurança com protocolos para o setor durante esta pandemia", disse.

Segundo o ministro, o turismo "não é o vilão dessa pandemia". "É possível, sim, respeitar os protocolos e dar segurança para que as pessoas possam viajar pelo Brasil, principalmente para a nossa querida Porto Seguro", acrescentou.

Em seu discurso, o ministro anunciou também nova ajuda financeira, aprovada através do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) e disponível em breve para os empresários do setor. Ainda na cerimônia, o presidente do Banco do Nordeste, Romildo Rolim, destacou a parceria desenvolvida com a pasta para escoamento dos recursos do Fungetur em Porto Seguro e toda a região Nordeste.

O deputado Jânio Natal solicitou a duplicação da BR 367, desde Eunápolis, passando por Porto Seguro e chegando a Santa Cruz Cabralia e pediu a ajuda do ministro e deputados federais para que se chegue a um acordo sobre a taxa do Ecad

cobrada aos hoteleiros.

O presidente da ABIH - Porto Seguro, Oliver Abade, agradeceu a visita do ministro e ressaltou a importância da parceria com o governo federal. "Somos o primeiro destino em número de quartos em cunho turístico e o terceiro destino mais procurado no pós-pandemia. Sentimos que, com a parceria do governo, vai ser mais fácil atravessar o momento atual", discursou.

O ministro ressaltou por fim a importância de Porto Seguro no mapa do turismo brasileiro e lembrou que o crescimento do setor em 2019 foi de 2,6%, ou seja, mais do que o dobro do que a própria economia, gerando 160% a mais de empregos com o turismo.

RAUL AGUILAR

Articulador da visita do ministro do Turismo a Porto Seguro, o deputado federal João Carlos Bacelar Filho (PL) revelou ontem em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, que sua intenção é conseguir incentivos do governo federal e uma linha de crédito flexível e desburocratizada do Banco do Nordeste para a retomada das atividades turísticas na região, bem como um ponto de partida para todo estado.

"O turismo tem um fator preponderante na economia. Infelizmente, é o primeiro a entrar em uma crise dessa e último a sair. Precisamos fazer a retomada do turismo a partir de Porto Seguro. Turismo este que está arido para uma retomada. A cidade tem capacidade de receber voos, é preciso baixar as taxas aeronáuticas, promover um financiamento

ao pequeno, médio e grande comerciante. Precisamos de crédito subsidiado, os hotéis estão com dificuldade financeira, são 52 mil leitos que estão parados", revela Bacelar Filho.

Em busca de uma linha de crédito para a retomada das atividades turísticas na Bahia, o deputado federal do PL sentará com o presidente do Banco do Nordeste em busca de uma linha de crédito acessível e flexível para subsidiar essa retomada: "Vamos cobrar um crédito subsidiado com juros menores, sem exigência burocrática para o comerciante e o empresário que perderam uma certidão do INSS, FGTS, da Receita Federal e que está praticamente sem ter o crédito".

Correio*

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● Esse projeto toca em um assunto muito importante, que é o fomento à atividade das rádios comunitárias, pequenos empreendimentos sem fins lucrativos
João Roma

Deputado federal pelo Republicanos da Bahia, ao comemorar a aprovação do regime de urgência para a proposta que extingue a cobrança de direitos autorais para entidades filantrópicas

Piratataria de campanha

Uma empresa de Guanambi é acusada de se apropriar indevidamente da autoria sobre diversos jingles de campanhas políticas criados por compositores, publicitários e produtoras da Bahia. Através do site Jingles Brasil, a PGM Produções se apresenta como proprietária de composições que pertencem a outros artistas para vender serviços a partidos e candidatos de todo o país. A lista inclui a música da campanha de Paulo Souto (DEM) na sucessão estadual de 2014, de autoria do compositor Marquinho Carvalho, dono do estúdio Bompracaramba; o jingle da publicitária Ana Luisa Almeida para a candidatura à reeleição do prefeito ACM Neto (DEM) em 2016; e material criado pelo músico Moisés Souza para campanhas dos petistas Jaques Wagner e Rui Costa ao governo da Bahia e de Flávio Dino (PCdoB) para a disputa no Maranhão.

PILHAGEM AUTORAL

O site ainda usa indevidamente o jingle da pré-campanha do PT à Presidência em 2018, criado pelo compositor baiano Dito Martins e produzido pelo Estúdio Elo, de Salvador

Som e imagem

No site Jingles Brasil, há também plágio de uma composição feita pelo publicitário baiano Maurício Carvalho para a campanha de reeleição do ex-presidente Lula em 2006. "Como se não bastasse, roubaram o vídeo da página da Bompracaramba, retiraram a logomarca e colocaram vergonhosamente a deles", disparou o compositor Marquinho Carvalho, em conversa com a Satélite.

Copia e cola

A produtora de jingles acusada por crime de violação de direitos autorais tem como sócio o empresário Paulo Geovane Magalhães, apresentado no site como "profissional experiente que promete resultados". A coluna tentou contato como a PGM Produções, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Agito nos trilhos

Dos R\$ 5 bilhões previstos na MP que abre crédito extra para grandes obras, preparada pelo governo Jair Bolsonaro, cerca de R\$ 300 milhões estão reservados para o segundo trecho da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), que ligará Caetité a Barreiras, polo do agronegócio baiano.

Gente nossa

Embora tenha perdido o controle do Detran, o deputado federal João Carlos Bacelar (Podemos) manteve influência sobre a coordenadoria do órgão em Camaçari, um de seus redutos. Na sede regional do Detran no município, uma servidora graduada age de forma explícita como cabo eleitoral para um candidato a vereador ligado a Bacelar. Quem chega à unidade em busca de serviços, é assediado com pedidos de voto.

Dupla de volta

Novo chefe do Gaeco, grupo do MP da Bahia que toca grandes casos de crime organizado, o promotor João Paulo Schoucair terá ao lado o principal parceiro na Operação Adsumus, que implodiu uma rede de corrupção na prefeitura de Santo Amaro. Promotor da cidade, Aroldo Pereira foi nomeado para integrar o Gaeco a partir de hoje.

Agito nos trilhos

Dos R\$ 5 bilhões previstos na MP que abre crédito extra para grandes obras, preparada pelo governo Jair Bolsonaro, cerca de R\$ 300 milhões estão reservados para o segundo trecho da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), que ligará Caetité a Barreiras, polo do agronegócio baiano.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 14/08/2020	Página:

Correio*

Diante das seguidas baixas na equipe do ministro Paulo Guedes e dos sucessivos revezes enfrentados por ele, a defesa do teto de gastos feita pelo presidente Jair Bolsonaro na noite de anteontem é um inegável gesto positivo em favor de um dos mais importantes pilares da agenda econômica do governo. Além de sinalizar sustentação incondicional a Guedes, as declarações feitas ao lado dos presidentes da Câmara e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, servem também como tentativa de mostrar unidade com o discurso do Congresso em apoio ao controle fiscal rígido. Entretanto, será preciso mais que palavras para evitar que o Brasil entre novamente na espiral de incertezas e retrocessos.

Em um primeiro momento, a fala de Bolsonaro funciona como calmante para o mercado, membros do governo, políticos alinhados à pauta liberal e investidores estrangeiros. Passado esse estágio, as ações devem sempre seguir na mesma direção. Quando se trata de política econômica de Estado, o des-

compasso entre o verbo e o ato costuma produzir efeitos extremamente nocivos. A dilapidação gradativa da confiança sobre as reais intenções de um governo é, talvez, o pior de todos.

Tal dissonância surgiu menos de um dia após o pronunciamento em que o presidente atribuiu ao teto de gastos o status de cláusula irrevogável e incontornável de sua gestão. Já na manhã de ontem, o noticiário nacional girava em torno da MP que libera crédito extra de R\$ 5 bilhões para obras sob o guarda-chuva dos ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, parte delas de interesse

Quando se trata de política econômica, o descompasso entre o discurso e a ação produz efeitos extremamente nocivos

direto de parlamentares que barganham apoio ao Planalto no Congresso.

É óbvio que grandes obras estruturantes são fundamentais, tanto para o setor produtivo quanto para a população. Em especial, nas regiões menos desenvolvidas do país. O

problema está na forma como os recursos para pagar a conta serão disponibilizados. Impor crédito suplementar furando o teto de gastos, um dia depois de defendê-lo com veemência, certamente não é o melhor caminho. Primeiro, por criar ruídos junto ao mercado financeiro e demais agentes econômicos. Segundo, por constranger líderes do Congresso que deixaram de lado arestas já bastante longas e hipotecaram mais uma vez apoio à agenda econômica do Planalto e a Guedes, fiador da política fiscal.

O dano colateral gerado pela MP, imediatamente apelidada de “fura-teto”, seria

menor se, ao garantir a blindagem das ações de controle de gastos, o presidente tivesse também colocado a reforma administrativa no mesmo grau de prioridades imediatas. Com o salto gigantesco da dívida pública, que pode chegar ao fim do ano acima dos R\$ 800 bilhões, e a esperada queda do PIB para algo entre 6% e 8%, o conjunto de medidas pensadas para enxugar as enormes despesas com a máquina pública e melhorar a qualidade fiscal é o caminho mais viável para superar a crise gerada nas contas da União pela pandemia.

Caso a reforma administrativa tivesse de Bolsonaro o mesmo tratamento que deu ao teto de gastos, as críticas e desconfianças provocadas pela MP ficariam dentro de um nível aceitável, aliviando o peso do governo de assumir despesa bilionária com obras em um ano de enormes dificuldades e desafios. Ainda há tempo e ambiente político para rearrumar a rota da economia, mas a janela vai se fechando a cada vez que o discurso vai para um lado e a ação, para outro.

OPINIÕES E CONCEITOS EXPRESSOS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS AUTORES

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 14/08/2020	Página:

Correio*

RENDA BRASIL SERÁ ENVIADO JUNTO COM CORTE DE GASTO AO CONGRESSO

ATRELADO O governo quer atrelar a discussão do Renda Brasil, o programa pensado para substituir o Bolsa Família, à proposta para antecipar medidas de ajuste como forma de cumprir o teto de gastos, regra que impede que as despesas cresçam em

ritmo superior à inflação.

Será apresentado aos parlamentares programas considerados ineficientes pelo governo (como o abono salarial) e privilégios (como “penduricalhos” nos salários do funcionalismo) que podem ser cortados para garantir mais

verba para o novo programa assistencial de baixa renda, pensado para compensar o fim do auxílio de R\$ 600. A proposta é que a discussão se dê ao mesmo tempo para agilizar a definição de um programa que garanta uma renda básica sem furar o teto.

GOVERNO QUER ATÉ 50% DE EMPREGADOS PAGOS POR HORA

EMPRESAS O projeto do governo para afrouxar regras de contratação de trabalhadores prevê que até metade dos empregados de empresas privadas sejam pagos por hora trabalhada, em vez de

salário mensal.

Essa modalidade de contratação deve ser a base da proposta da carteira verde e amarela. O governo diz que o objetivo é incentivar a criação de empregos.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Cinquenta milhões de hectares de pastagens produzem menos da metade do que poderiam produzir porque o solo perdeu qualidade. Isso é território equivalente a dois terços do Reino Unido. Imagine que o país invista em tecnologias simples, como curva de nível? Isso elevaria em R\$ 20 bilhões a capacidade de geração de renda da mesma área. A pecuária tem 28% de ineficiência, se ela fosse combatida, o país poderia produzir 10% a mais no mesmo espaço, isso seriam 20 milhões de cabeças de gado. Além disso, deixariam de ser derrubados 15 milhões de hectares de floresta.

Se a gente fizer contas assim chegará a bilhões ou trilhões de reais acrescidos ao PIB brasileiro. Foi isso que o WRI Brasil fez para calcular o quanto o país tem a ganhar se escolher uma nova forma de produzir na retomada da economia. O mundo inteiro está discutindo isso – é o chamado green new deal – e a conclusão mais inteligente é que adotando medidas para converter a economia para novos padrões de baixa emissão o país cresce mais e melhor. E gera mais empregos. O número final impressiona. O PIB pode crescer 38% a mais até 2030,

A renovação da economia

no melhor cenário, o que significa R\$ 2,8 trilhões".

"O Brasil tem 200 milhões de hectares de pastagem, 70% das pastagens brasileiras tem algum nível de degradação. Sem proteção básica do solo, a chuva leva todo o fertilizante e é preciso colocar mais. Em vez de recuperar esse solo já ocupado, o país avança sobre a floresta e desmata. De cada 10 hectares de pasto na Amazônia, sete foram de desmatamento dos últimos 35 anos", diz Rafael Barbieri, economista sênior do WRI.

Ou seja, a cada ano o país perde bilhões com a queda de produtividade das pastagens, além disso destrói floresta, que ao ser derrubada diminui o fluxo de água nos rios, onde hidrelétricas produzirão menos energia. É um círculo vicioso. O país perde de várias maneiras com

essas opções. E se em cada área os novos investimentos fossem diferentes? Essa foi a pergunta básica no estudo que reuniu especialistas da organização, professores da UFRJ, como Roberto Schaeffer, da PUC-Rio, ex-ministros como Joaquim Levy, estudiosos do Banco Mundial. Parece impossível que o governo atual faça as escolhas certas. Por isso eu perguntei para Carolina Genin, diretora de Clima do WRI, por que lançar o estudo neste momento:

"O trabalho começou há um ano e meio e replica para o Brasil uma pergunta que tem sido feita no mundo: se a transição para a economia de baixa carbono é benéfica. A conclusão é que sim e há muitas evidências. A agricultura, infraestrutura e indústria estão preparadas. Em alguns casos, é apenas dar escala

ao que já fazemos. Nosso público alvo é o setor corporativo e o setor financeiro. E é uma linha de base para conversa com o Congresso. Seria um erro fazer o estudo pensando apenas no governo federal. Queremos fomentar o debate. É uma discussão de país".

No Brasil, o governo está dividido por uma discussão de meados do século passado: se é o Estado ou o setor privado que deve tocar o investimento. Em torno disso digladiam-se os ministros. O que deveria estar em debate é o que se discute no mundo hoje. Por exemplo, o que eles chamam de "infraestrutura de qualidade". Parece um conceito abstrato. Rafael Barbieri dá um exemplo para o tornar concreto. Belo Monte foi construída tendo como base o regime de chuvas e o curso hídrico do passado. Só que está cho-

vendo menos e o fluxo dos rios será menor com a mudança climática. O país construiu uma usina gigante que ficará ociosa em grande parte do tempo.

"Ela foi obsoleta na sua concepção. Com menos fluxo de água, ela vai gerar menos, ter menos receita e demorar mais a se pagar. Hoje, considerar os efeitos climáticos ao projetar uma obra é gestão estratégica de risco", diz Rafael Barbieri.

No mundo atual, mais do que apenas crescer é preciso saber como crescer. A opção por uma economia de baixo carbono é naturalmente a escolha de tecnologias novas. Ônibus elétrico, em vez dos velhos, a diesel, tem inovação embutido e custos menores em várias áreas. Na saúde, por exemplo. O texto sustenta que a transição energética para tecnologias de baixa emissão não é uma questão de "se", mas de "quando". Uma das sugestões é usar o gás como combustível de transição, nos navios de cabotagem, por exemplo.

No longo estudo, há exemplos e números que levam a uma constatação: essa é a nova economia. Se não for por aí, o Brasil ficará no passado.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

FAROL ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

SINAL POSITIVO

7
por cento foi o crescimento do varejo baiano no mês de junho, em comparação com maio

Aos poucos, os efeitos da pandemia do novo coronavírus na economia baiana começam a ser vistos pelo retrovisor. Um exemplo claro pode ser notado nas vendas do varejo. Em junho, a atividade superou o desempenho de maio em 7%, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. E em maio, o desempenho já tinha sido melhor que em abril. Na comparação entre junho de 2020 com o mesmo mês em 2019, o resultado foi uma queda de 12,6%, assim como na comparação entre os trimestres, mas há sinais de um início de recuperação vindo por aí.

●● Nós temos direitos minerários de mais de 200 áreas no estado. Para fazer pesquisa em todas elas precisamos de mais gente, mais estrutura

Antonio Tramm

Presidente da CBPM

Capital aberto

A Bolsa de Toronto (TSX) – maior mercado de ações em mineração, óleo e gás do mundo – convidou a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) para um acordo de cooperação. O representante da TSX na América Latina, Guillaume Légare, quer firmar um acordo semelhante ao que foi feito em março com o Instituto Brasileiro da Mineração (Ibram). O presidente da CBPM acredita que o acordo pode ajudar a atrair novos investimentos para a mineração baiana. E, a médio prazo, até facilitar o processo de abertura do capital da CBPM. A bolsa de Toronto é o maior mercado de ações em mineração, óleo e gás do mundo.

Tidelli cresce 10%

Especialista no desenvolvimento de mobiliário para áreas externas, a baiana Tidelli cresceu 10% nos primeiros sete meses deste ano. Somente em julho, a alta foi de 80% em comparação com o ano passado. Os bons números e o aumento da carteira de clientes fizeram a marca, que tem fábrica em Salvador, ampliar o quadro funcional com a contratação de 35 novos colaboradores, passando a ter 402 funcionários diretos.

NO HORIZONTE

● **Camisas Polo.** A indústria têxtil Polo Salvador, que fabrica em suma camisas polo para fardamentos corporativos, cresceu 25% em junho em relação a maio. Já em julho, a alta foi de 28% em relação à junho.

● **Olho no digital.** A primeira liquidação 100% virtual do Salvador Shopping rendeu. Nos quatro dias, o site registrou alta de 78,5% em novos usuários. Em comparação com o fim de semana anterior, apresentou um aumento de 294% no volume de visitantes. As redes sociais do shopping foram a principal fonte de conversão do canal, com destaque para o Instagram (34%).

● **Consórcios**
A Ademilar Consórcio de Imóveis, uma das principais empresas do setor, alcançou um recorde mensal de vendas em junho, com a comercialização de quase R\$ 500 milhões em créditos. Na Bahia, em junho a empresa comercializou mais de R\$ 2,5 milhões, o que representou crescimento de 107,07% em comparação ao mesmo mês de 2019.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

ECONOMIA

Após meses de queda, setor de serviços cresce 5^o%

IBGE O volume de serviços prestados subiu 5,0% em junho ante maio, na série com ajuste sazonal, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês anterior, o resultado do indicador foi revisto de uma queda de 0,9% para recuo de 0,5%.

Na comparação com junho do ano anterior, houve redução de 12,1%, já descontado o efeito da inflação. Neste caso, o dado ficou menos negativo que o recuo de 12,35% da mediana das expectativas, de retração de 14,30% a 3,60%. A taxa acumulada no ano foi de redução de 8,3%. Em 12 meses, os serviços acumulam queda de 3,3%.

A receita bruta nominal do setor de serviços subiu 2,5% em junho ante maio. Na comparação com junho de 2019, houve recuo de 12,1% na receita nominal.

O volume de serviços prestados no país teve uma queda recorde de 15,4% no segundo trimestre de 2020 ante o primeiro trimestre do ano

O volume de serviços prestados no país teve uma queda recorde de 15,4% no segundo trimestre de 2020 ante o primeiro trimestre do ano. No trimestre anterior, os serviços já tinham recuado 3% ante o quarto trimestre de 2019, segundo o IBGE.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, os serviços caíram 16,3% no segundo trimestre de 2020, após já terem diminuído 0,2% no primeiro trimestre do ano.

O volume de serviços prestados cresceu em 21 das 27 Unidades da Federação em junho ante maio, segundo os dados da pesquisa. Na média global, os serviços avançaram 5,0%.

São Paulo teve expansão semelhante, de 5,1% em junho, após a queda de 19,5% acumulada entre fevereiro e maio. Outras contribuições positivas relevantes para o setor em junho ante maio foram do Rio (3,6%), Minas Gerais (4,7%), Rio Grande do Sul (6,6%) e Distrito Fe-

deral (6,6%). Na direção oposta, houve perdas significativas no Mato Grosso (-3,2%), Paraná (-1,0%) e Espírito Santo (-3,2%).

Na comparação com junho de 2019, o volume de serviços prestados no país caiu 12,1%, com quedas em 26 das 27 unidades da federação. A principal influência negativa foi de São Paulo (-10,8%), seguido por Rio de Janeiro (-10,6%), Minas Gerais (-11,5%), Paraná (-15,2%), Rio Grande do Sul (-17,2%) e Bahia (-23,1%).

O único avanço ocorreu em Rondônia (1,3%), impulsionado pelas atividades correlatas ao agronegócio, como a gestão de portos e terminais e o transporte rodoviário de cargas.

O agregado especial de atividades turísticas cresceu 19,8% em junho ante maio, segundo o IBGE. Em dois meses de avanços, o setor acumulou um ganho de 28,1%, ainda insuficiente para recuperar a perda de 68,1% registrada em março e abril.

DIRETOR DO BC NÃO VÊ RECUPERAÇÃO 'EXATAMENTE EM V'

HETEROGÊNEA O diretor de Política Econômica do Banco Central, Fabio Kanczuk, afirmou ontem, em um evento virtual, que a recuperação da economia brasileira não será "exatamente em V". "Há setores da economia que não conseguem voltar devido ao afastamento social", analisou Kanczuk.

Segundo ele, o varejo e a indústria trazem indicações de uma retorno firme da atividade, "mas serviços voltados à família, como manicure, cabeleireiros, não retornam com a mesma força".

QUEDA

-23,1%

É o volume de serviços prestados na Bahia nos últimos 12 meses

‘Ideia de furar o teto de gastos existe’, diz presidente

CONTAS PÚBLICAS Um dia depois de pregar responsabilidade fiscal, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) abriu ontem, durante transmissão nas redes sociais, uma exceção. Segundo ele, o Brasil pode superar o teto de gastos públicos do país no combate à pandemia do novo coronavírus. “A ideia de furar teto existe, o pessoal debate. Qual é o problema? Na pandemia, temos a PEC de Guerra. ‘Presidente, nós já furamos o teto em mais ou menos R\$ 700 bilhões, dá para furar mais R\$ 20 bilhões?’ Qual a justificativa? Se for para (combate ao) vírus, não tem problema nenhum. ‘Nós entendemos que água, por exemplo, é para essa mesma finalidade.’ A

●● **A ideia de furar teto existe, o pessoal debate. Qual é o problema? Na pandemia, temos a PEC de Guerra**
Jair Bolsonaro
Presidente da República

gente pergunta”, disse.

“Já gastamos R\$ 700 bilhões, vamos gastar mais R\$ 20 bilhões ou não? O (ministro da Economia) Paulo Guedes fala: ‘está sinalizando para a economia, para o mercado, que está furando o teto, dando um jeitinho’. Outro lá na ponta, de outro Poder, fala: ‘não vou aceitar jeitinho’. Ao invés de telefonar, conversar, ver o que está acontecendo”, disse o presidente.

Bolsonaro não citou nominalmente representantes de outros Poderes. No entanto, há dois dias, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que não aceitaria “jeitinho” para furar o teto de gastos.

O teto de gastos é uma regra prevista na Constituição Federal, para impedir que as despesas do orçamento do

Brasil cresçam em ritmo superior ao da inflação. Curiosamente, no anúncio de anteontem, Bolsonaro estava ao lado do próprio Maia. Ainda na transmissão de ontem, o presidente pediu compreensão e “patriotismo” do mercado no caso de superação do teto de gastos. E insinuou que informações a respeito estariam sendo vazadas por pessoas com interesses.

“O mercado tem que dar um tempinho também. Um pouquinho de patriotismo não faz mal a eles”, disse o presidente. “Se bem que tem gente que vaza e tem negócios. A gente manda investigar muitas vezes aqui, aciona a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), para ver se esse vazamento publicado em tal local da imprensa foi fake news, uma mentira para mexer no mercado e alguém ganhar dinheiro”.

Produto

contaminado é proveniente de um frigorífico da Aurora, em Santa Catarina

China encontra coronavírus em frango brasileiro



ASSINATURA DA FOTO

Segundo Tereza Cristina, a detecção de covid-19 ocorreu em uma única embalagem do produto

Das AgênciasREPORTAGEM
correio24horas@redabahia.com.br

A prefeitura de Shenzhen, cidade da China próxima de Hong Kong, anunciou ontem que detectou o novo coronavírus em um controle de rotina de frango importado do Brasil, o maior produtor mundial. "O vírus Sars-CoV-2, responsável pela doença covid-19, foi encontrado recentemente em uma amostra coletada da superfície de um lote de asas de frango congeladas importadas", informou um comunicado divulgado pela Sede de Prevenção e Controle de Epidemias de Shenzhen.

De acordo com o número de registro informado no comunicado da prefeitura de Shenzhen, o lote pertence ao frigorífico Aurora, de Santa Catarina. Em nota, a cooperativa afirmou que não foi notificada pelo governo chinês sobre o ocorrido e que não há "confirmação oficial por parte da autoridade pública nacional da China".

Em nota, a Associação Catarinense de Avicultura (Acav) disse que o processo produtivo é seguro e que o setor está em contato com a China. Já a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) disse que "está analisando as informações de possível detecção de traços de vírus em embalagem de produto de origem brasileira".

A Embaixada da China no Brasil, por sua vez, afirmou na tarde de ontem que - por enquanto - não há novas restrições para a importação brasileira. "O lado chinês está trabalhando com lado brasileiro para melhor identificar onde e como ocorreu a contaminação", diz a embaixada em nota enviada ao portal G1.

Atualmente, o Brasil tem seis frigoríficos com exportações suspensas para a China por conta de preocupações com a covid-19. Nenhum deles é da Aurora.

O comunicado da prefeitura de Shenzhen também diz que, pela segunda vez, traços do coronavírus foram encontrados em camarões procedentes do Equador. As autoridades chinesas informaram que submeteram imediatamente a exames de diagnóstico as pes-

●● Não há evidência de que a cadeia de alimentos esteja participando na transmissão desse vírus
Michael Ryan

Diretor executivo da OMS

soas que tiveram contato com os produtos contaminados, assim como seus parentes. Todos os testes apresentaram resultado negativo, segundo o comunicado.

O comunicado de Shenzhen também pede para que consumidores sejam cautelosos ao comprar carne congelada e frutos do mar importados, e a continuar tomando medidas de proteção para minimizar o risco de infecção pelo novo coronavírus.

O comando da Organização Mundial de Saúde (OMS) foi questionado ontem sobre a notícia de que amostras de frango do Brasil testadas na China continham traços do novo coronavírus. "Vamos continuar a monitorar descobertas como essa, mas não há evidência de que o alimento ou a cadeia de alimentos esteja participando na transmissão desse vírus", afirmou

●● Nós temos confiança nos nossos serviços e nas empresas que estão cumprindo um protocolo rígido
Tereza Cristina

Ministra da Agricultura

o diretor executivo da entidade, Michael Ryan.

Segundo Ryan, esse tipo de questão deve ser monitorada, mas "é importante que as pessoas mantenham sua vida comum sem medo, sem temor aos alimentos ou às embalagens de alimentos". Ele considerou que seria negativo criar a impressão de que existiria um problema com a comida ou com as cadeias de alimentos, "que já estão sob pressão" por causa da pandemia.

EXPORTAÇÕES

A contaminação de frango brasileiro pode provocar uma nova queda das exportações brasileiras para a China. Em fevereiro de 2019, Pequim passou a aplicar, por cinco anos, tarifas antidumping ao frango brasileiro, que vão de 17,8% a 32,4%. Em julho, os embarques de carne de frango do Brasil, por sua vez, ter-

●● Se o vírus estiver dentro da comida, ele pode ser morto, como outros, se a comida for cozida
Maria Van Kerkhove

Líder da resposta da OMS à pandemia

minaram com queda de 5,7% em relação a mesmo mês do ano passado, totalizando 364,6 mil toneladas, segundo a ABPA. As receitas atingiram US\$ 498,2 milhões, recuo de 25% no ano a ano.

Apesar disso, a ABPA ainda acredita que as exportações da proteína devam manter a alta no acumulado do ano - entre janeiro e julho, foram embarcadas 2,471 milhões de toneladas, leve avanço de 0,5% ante os sete primeiros meses de 2019.

O Brasil, maior produtor mundial de carne de frango, era até 2017 o principal fornecedor de frango congelado para a China, por um valor que se aproximava de US\$ 1 bilhão por ano e um volume que representava quase 85% das importações do gigante asiático. Nos últimos anos o país perdeu parte do mercado para Tailândia, Argentina e Chile

Ministra: episódio não vai afetar vendas

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, reconheceu ontem que a detecção de uma amostra do novo coronavírus em frango importado do Brasil não é positivo para a imagem do país, mas disse não acreditar que o episódio afete a exportação do produto brasileiro.

Segundo ela, ainda é necessário aguardar a posição oficial do governo chinês, que já foi acionado pelo Ministério da Agricultura. O teste foi realizado na cidade de Shenzhen, perto de Hong Kong, em asas de frango congeladas brasileiras.

"É claro que não é bom para a imagem de ninguém, agora acho que isso não afeta (a exportação brasileira), porque nós temos confiança nos nossos serviços e nas empresas que estão cumprindo um protocolo rígido, cuidando da segurança dos funcionários", disse a ministra.

Segundo Tereza Cristina, a detecção ocorreu em uma única embalagem do produto. As demais testaram negativo, assim como os exames feitos nos funcionários. No questionamento ao governo chinês, foi inquirido o tipo de teste realizado e o protocolo adotado.

"Já houve plantas no Brasil que foram suspensas e já voltaram. Já houve plantas na Argentina que foram suspeitas e voltaram. Não por causa do alimento. Não existe comprovação científica em lugar nenhum do mundo de que você tem contaminação em alimentos. Então, é um assunto que vamos lidar até a pandemia acabar", disse.

PROTOCOLOS

A ministra ressaltou que o Brasil adota protocolos contra a doença para colheitas de soja, hortifrutigranjeiro e feiras livres. Ela antecipou que a atual portaria de testagem de coronavírus em funcionários de frigoríficos deve ser ajustada. E que haverá uma nova portaria alterando regras de segurança, como distanciamento e máscaras.

Mais cedo, o Ministério da Agricultura disse, em nota, que o Brasil ainda não foi notificado oficialmente pela China. O ministério ressaltou ainda que "não há comprovação científica de transmissão do vírus da covid-19 a partir de alimentos ou embalagens de alimentos congelados" e defendeu a "inocuidade" dos produtos produzidos sob sua fiscalização, "que obedecem protocolos rígidos para garantir a saúde pública".

Tribuna

Estado inaugura 20 novos de UTI em Senhor do Bonfim

Em mais um dia de agenda oficial no norte do estado, o governador Rui Costa esteve em Senhor do Bonfim, nesta quinta-feira (13), para inaugurar 20 novos leitos de UTI que integram o projeto de reforma e ampliação do Hospital Municipal Dom Antônio Monteiro.

“Este hospital vai atender pacientes de alta complexidade em toda a microrregião de Bonfim. Aqui nós colocamos R\$ 8 milhões em obras e equipamentos. Estamos entregando agora 70% das obras, que devem ser concluídas até dezembro. Eu estava ansioso, diante da pandemia de Covid-19, para entregar esses leitos que vão dar suporte a esta região”.

A obra é fruto de parceria entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), e a prefeitura de Senhor do Bonfim. Dos 20 novos leitos de UTI, inicialmen-

te, 10 deles serão dedicados para atender pacientes com diagnóstico da Covid-19. Os novos leitos de UTI estão divididos entre adulto e neonatal, e todos já entram em funcionamento na próxima segunda-feira (17).

O investimento nas intervenções do hospital têm recurso de mais de R\$ 5,8 milhões e a estrutura dispõe de enfermaria, tomografia, diálise e raio-x.

Ainda em Senhor do Bonfim, Rui Costa entregou o novo Mercado Municipal. No local irá funcionar um centro para comercialização de animais. A gestão estadual investiu mais de R\$ 3,5 milhões no equipamento que conta com 32 currais e que também irá comercializar grãos e conta com área para restaurantes e lanchonetes.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 14/08/2020	Caderno: Notícias



Sexta, 14 de Agosto de 2020 - 09:20

TCE marca para 27 de agosto julgamento das contas de 2019 de Rui Costa

por Bruno Luiz



O Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) marcou para o dia 27 de agosto o julgamento das contas de 2019 do governador Rui Costa. A informação foi confirmada ao Bahia Notícias pela assessoria do órgão.

Nesta sessão plenária, os 7 conselheiros da Corte vão analisar se acatam, ou não, o parecer de técnicos do tribunal pela aprovação com ressalvas das contas do petista ([veja aqui](#)).

A reportagem não teve acesso ao inteiro teor do documento, mas apurou que os pontos levantados pelos auditores são recorrentes em relação às prestações de contas do Executivo de anos anteriores. Tópicos como a concessão da Arena Fonte Nova e a Ponte Salvador-Itaparica também são abordados no parecer. O conselheiro Inaldo Araújo é relator do processo.

Ainda não se sabe se a pauta de votação do dia 27 inclui outros processos ou se é voltada apenas a apreciar as contas de Rui. Vale lembrar que a votação pode não ser concluída no mesmo dia, caso algum conselheiro peça vista - mais tempo para analisar o caso - e que há possibilidade de mudanças na pauta, ainda não publicada no Diário Oficial do TCE. A assessoria do órgão pontou, por exemplo, que a data pode ser alterada porque o processo aguarda manifestação do Ministério Público de Contas (MPC). Este, por outro, está dentro do prazo para resposta.

Desde que assumiu o governo estadual, em 2015, Rui nunca teve as contas rejeitadas pelo tribunal. Após o julgamento no TCE, o processo é encaminhado à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), a quem cabe avaliar se mantém o veredito da Corte de Contas.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/08/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 13 de Agosto de 2020 - 18:01

Nordeste deve assinar protocolo de intenções para teste de 2 vacinas contra Covid-19

por Matheus Caldas

O governador Rui Costa (PT) afirmou que o Consórcio Nordeste deve assinar, ainda nesta quinta-feira (13), um protocolo de intenções com um conglomerado chinês que está produzindo duas vacinas contra a Covid-19. A informação foi divulgada pelo petista m entrevista à CNN Brasil.

“Fizemos uma reunião com um conglomerado chinês que tem duas empresas em sua holding, que estão produzindo dois tipos de vacina. Devemos estar assinando hoje um protocolo de intenção com essa empresa chinesa para fazer o teste dessas vacinas nos estados do Nordeste, não só na Bahia. Portanto, devemos ainda este mês, até o final desse mês, iniciando o teste dessas duas vacinas”, disse.

O estado já está recebendo testes de imunizantes. Teve início na última quarta-feira (12) a testagem da vacina produzida pela norte-americana Pfizer em parceria com a alemã BioNTech. O processo está sendo feito pelas Obras Sociais Irmã Dulce (Osid), em Salvador ([leia mais aqui](#)).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 13/08/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 13 de Agosto de 2020 - 17:00

Liderado pela Bahia, Nordeste bate recorde na geração de energia eólica



A Bahia, que já lidera a geração de energia eólica no Brasil, foi protagonista ao ajudar a região Nordeste a bater recorde de produção no país na primeira semana de agosto. Durante os dias 02 (3,3 Gigawatts), 05 (3,3 GW), 06 (4,4 GW) e 07 (3,4 GW) deste mês, o estado foi o que mais produziu energia proveniente das usinas eólicas.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a energia produzida na região seria suficiente para atender 94% da demanda do Nordeste durante 30 dias. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE), no acumulado do primeiro semestre, a energia eólica foi responsável por 48,2% da matriz de geração da Bahia.

"A energia eólica é uma realidade na Bahia. No acumulado do primeiro semestre de 2020, o estado representou 32,4% da energia eólica gerada no país. A tendência é que a nossa participação cresça ainda mais com os 123 novos parques contratados, que devem entrar em operação até 2025. Isso é um novo mundo, é energia limpa da Bahia para o Brasil", afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Segundo a SDE, os 123 parques, em construção e com construção prestes a se iniciar, têm capacidade instalada de 3,5 GW. A previsão é que, juntos, possam injetar R\$ 13,2 bilhões em investimentos no estado e gerem 53,2 mil empregos diretos e indiretos. Com as novas usinas, a Bahia pode alcançar 7,7 GW de potência instalada em eólica.

Atualmente, o estado tem 4,2 GW de capacidade instalada, com 172 parques em operação, em 20 municípios. Desde 2012, o montante investido nos parques em atividade ultrapassa os R\$ 16,5 bilhões e foram gerados mais de 45,9 mil empregos diretos na fase de construção desses parques.

Veículo: Política Livre	
Data: 14.08.2020	Caderno: Economia



14 de agosto de 2020 | 09:13

Reforma tributária completa não vai acontecer e PEC 45 é natimorta, diz Marcos Cintra

ECONOMIA

Uma reforma tributária completa não vai acontecer e a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 45 –proposta de reforma dos impostos que tramita na Câmara– é natimorta, disse o ex-secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra.

Segundo o economista, a proposta de reforma do governo é mais realista. Mas ele avalia também que dizer que o setor de serviços não precisa se preocupar com a unificação da PIS e Cofins em uma CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) com alíquota de 12% é uma mistificação. E que é preciso reconhecer a realidade de que o novo imposto digital pretendido pela equipe econômica é muito semelhante à antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Cintra participou na quinta-feira (13) à noite de debate virtual promovido pela Comissão de Direito Tributário da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) São Paulo sobre o impacto da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) no setor de serviços.

O ex-secretário participou ativamente do processo de elaboração do projeto de reforma tributária do governo, até ser demitido em setembro do ano passado, em meio à polêmica sobre a criação de um novo

imposto sobre transações financeiras. A proposta, no entanto, voltou a ser defendida pelo governo como uma contrapartida à desoneração de folha, sendo chamada agora de “imposto digital”.

“A reforma tributária completa não vai acontecer, a PEC 45 é natimorta, não tem condições de progredir, da mesma forma que a PEC 110 [proposta de reforma tributária do Senado]”, disse Cintra. “Já há um certo consenso no Congresso Nacional de que ela é inviável, apesar dos esforços que aqueles que elaboraram o projeto têm feito de divulgação. Então acho que a proposta do governo federal é mais realista.”

Segundo Cintra, tanto a PEC 45 como a PEC 110 representam a reedição da mesma proposta de introdução de um imposto único sobre o consumo com a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) capaz de agregar tributos da União, estados e municípios que foi tentada nos últimos 30 anos e fracassou.

Para o ex-secretário, a grande novidade do momento atual em relação às últimas três décadas é ter um governo interessado, participando do processo e apresentando seus projetos.

Cintra avalia, porém, que é uma “mistificação” dizer que o setor de serviços não precisa se preocupar com a proposta do governo de unificar a PIS e a Cofins em uma CBS com alíquota única de 12%. Vanessa Canado, assessora de Paulo Guedes na reforma tributária, tem dado diversas declarações nesse sentido, argumentando que o setor não sairá perdendo porque poderá receber créditos tributários na prestação de serviços entre empresas.

“Quem me garante que se consegue repassar no próximo elo da cadeia de produção a totalidade dos impostos que eu paguei no elo anterior? Isso não existe, é um mito”, afirmou. “A ideia de que você paga, mas se credita é uma ilusão. Isso tem um imenso potencial de geração de contencioso, de aumento do custo de compliance [conformidade com o cumprimento das leis] no nosso sistema, que já é gigantesco.”

Cintra disse confiar no cálculo da Receita de que a alíquota necessária para se ter uma neutralidade global do novo tributo é de 12%. “Porém quando se abre essa arrecadação global vamos ter discrepâncias gigantescas, no setor serviços, que tinha a tributação cumulativa [com alíquota de 3,65%] poderá ter aumento de carga de até 300%”, disse, citando como exemplos os setores de educação, saúde e profissionais liberais.

Diante do impacto esperado para o setor de serviços, Cintra e os advogados presentes ao debate criticaram o fatiamento da proposta do governo, que apresentou primeiro seu projeto de unificação da PIS e da Cofins e pretende divulgar a proposta de desoneração de folha e de um tributo sobre transações apenas numa quarta etapa, ainda sem data definida.

“Não podemos fazer a proposta em conta a gotas, temos que ter uma ideia do global, para fazer um planejamento e o pessoal poder ir para a prancheta e ver realmente qual será o impacto do todo”, disse Eduardo Santiago, advogado e membro do comitê jurídico da ANJ (Associação Nacional de Jornais) e da ANER (Associação Nacional de Editores de Revistas).

Apesar de sua crítica à PEC 45, Cintra avaliou em outro momento do debate que ela pode vir a ser unificada com a proposta do governo federal, com a adoção de um IVA dual e a criação do imposto em duas etapas.

“Poderíamos, no governo federal, com muito mais tranquilidade criar um IVA bem desenhado e eficiente sem termos que enfrentar a discussão federativa de trazer estados e municípios para esse debate”, afirmou.

“Se esse IVA federal puder ser criado de forma harmônica com o IVA que estará sendo discutido na PEC 45, o governo federal pode aprovar o seu IVA e o Congresso aprova também, um IVA que seria um aperfeiçoamento do ICMS, com ou sem o ISS, que é um debate

que terá que ser enfrentado”, disse, lembrando da resistência de parte dos municípios à proposta de reforma da Câmara.

Com relação à criação de um imposto sobre transações, pauta que levou à sua demissão do governo, Cintra defendeu que é preciso reconhecer a semelhança do tributo com a antiga CPMF. “O governo vem apresentando como um imposto digital, mas em realidade será um imposto muito semelhante ao que foi uma tributação sobre movimentação financeira”, afirmou. “Temos que reconhecer essa realidade e assumir a discussão, mostrando as vantagens e desvantagens.”

Veículo: Política Livre	
Data: 14.08.2020	Caderno: Economia



Governo do Estado inaugura 20 novos de UTI em ampliação de hospital em Senhor do Bonfim

13 de agosto de 2020 | 16:30

BAHIA

Em mais um dia de agenda oficial no norte do estado, o governador Rui Costa esteve em Senhor do Bonfim, nesta quinta-feira (13), para inaugurar 20 novos leitos de UTI que integram o projeto de reforma e ampliação do Hospital Municipal Dom Antônio Monteiro.

“Este hospital vai atender pacientes de alta complexidade em toda a microrregião de Bonfim. Aqui nós colocamos R\$ 8 milhões em obras e equipamentos. Estamos entregando agora 70% das obras, que devem ser concluídas até dezembro. Eu estava ansioso, diante da pandemia de Covid-19, para entregar esses leitos que vão dar suporte a esta região”, afirmou o governador Rui Costa.

A obra é fruto de parceria entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), e a prefeitura de Senhor do Bonfim. Dos 20 novos leitos de UTI, inicialmente, 10 deles serão dedicados para atender pacientes com diagnóstico da Covid-19. Os novos leitos de UTI estão divididos entre adulto e neonatal, e todos já entram em funcionamento na próxima segunda-feira (17).

O investimento nas intervenções do hospital têm recurso de mais de R\$ 5,8 milhões e a estrutura dispõe de enfermaria, tomografia, diálise e raio-x.

Ainda em Senhor do Bonfim, Rui Costa entregou o novo Mercado Municipal. No local irá funcionar um centro para comercialização de animais. A gestão estadual investiu mais de R\$ 3,5 milhões no equipamento que conta com 32 currais e que também irá comercializar grãos e conta com área para restaurantes e lanchonetes.

Aeródromo

O governador também vistoriou as obras da pista de pouso e decolagem do Aeródromo de Senhor do Bonfim. A estrutura contará com um terminal e a pista terá mais de 1.500 metros. O governo baiano está investindo mais de R\$ 19 milhões na obra que tem previsão de conclusão de 10 meses.

Autorização de licitação

Na inauguração do hospital, o governador também assinou autorização de publicação do edital para licitação da obra de pavimentação e micro revestimento da rodovia BA-131, trecho do entroncamento da BR-407 (Senhor do Bonfim) – Saúde – Caem – Entroncamento BR-324. A obra tem investimento previsto de R\$ 45 milhões e beneficiará dos 210 mil habitantes dos municípios de Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Saúde, Caem e Jacobina.

O governador ainda assinou ordem de serviço para ampliação de sistema de abastecimento de água para as localidades de Cariacá, Água Branca e Cariacá de Cima.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 13/08/2020	



Serviços crescem 3,7% na Bahia em junho, informa IBGE

Apesar da recuperação inicial, nos meses de março e junho houve queda de -21% em razão da pandemia

O volume do setor de serviços cresceu 3,7% na Bahia em junho, na relação com mês anterior (3,7%), na série com ajuste sazonal. Foi o segundo resultado positivo consecutivo (havia aumentado 4,6% de abril para maio), depois de três quedas (-0,1% em fevereiro, -7,2% em março e -21,5% em abril).

Apesar dos dois aumentos seguidos, o serviços baianos ainda acumulam forte retração desde que se iniciou o isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. Nos quatro meses entre março e junho, o setor acumula queda de -21,0% no estado.

Neste período da pandemia, o desempenho dos serviços na Bahia (3,7%) ficou abaixo do verificado no Brasil como um todo (5,0%). Nessa comparação, 21 das 27 unidades da Federação mostraram avanços, com destaque para Amapá (8,8%), Amazonas (8,3%) e Pará (6,8%). No outro extremo, Rondônia (-4,3%), Tocantins (-4,2%) e Espírito Santo (-3,2%) tiveram as quedas mais acentuadas.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 14/08/2020	Coluna: Economia



BRASIL RECEBE US\$ 1 BI PARA PROGRAMAS EMERGENCIAIS



13 Agosto, 2020

O Brasil receberá US\$ 1 bilhão em empréstimos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O acordo foi anunciado na tarde desta quinta-feira, 13, e a verba será usada no pagamento de novas parcelas do auxílio emergencial e do Programa Bolsa Família.

Em nota divulgada pela instituição, o banco informa que a verba deverá “fortalecer a capacidade de resposta emergencial do país às populações vulneráveis e aos trabalhadores”. O empréstimo será dividido em dois lotes: o primeiro é destinado a programas para populações em vulnerabilidade; o segundo, para a preservação de empregos e renda formal.

Durante a primeira etapa de capitalização, o governo federal receberá US\$ 400 milhões para financiar o auxílio emergencial – o que viabiliza o pagamento de 3 parcelas mensais do benefício para 1 milhão de pessoas. Mais US\$ 200 milhões serão destinados ao Bolsa Família – o necessário para garantir a verba para 475 mil famílias.

Na segunda etapa, os US\$ 400 milhões restantes serão aplicados no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, capitaneado pelo Ministério da Economia. Segundo estimativas do banco, o dinheiro alcançará cerca de 1 milhão de trabalhadores, que terão o trabalho assegurado.

O estudo para o empréstimo aponta que 37 milhões de brasileiros trabalham em setores produtivos afetados pela pandemia e que a medida assegura “condições mínimas de bem-estar.”

Segundo informa o banco, o Brasil terá 25 anos para pagar a dívida, com um período de carência de 5 anos e meio. Os juros serão calculados com base na Libor (London Interbank Offered Rate, na sigla em inglês), uma taxa usada em empréstimos internacionais para bancos que têm sede de operações em Londres, na Inglaterra.

mercado



O ministro Paulo Guedes (Economia), que desenha modelo de tributo sobre transações financeiras Adriano Machado - 12 ago. 20 / Reuters

Imposto de Guedes pode incidir sobre mais operações que a CPMF

Apesar de tributo ter sido batizado de 'digital', estudo prevê cobrança sobre saques e até transferência para investimento

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA Apesar de ter sido batizado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) de "imposto digital", o novo tributo sobre transações financeiras que será proposto pelo governo está sendo desenhado para incidir sobre saques em dinheiro e pode ter um espectro de cobrança mais amplo do que a extinta CPMF.

O modelo está em fase final de formatação no Ministério da Economia, que busca maior base possível para garantir uma receita robusta, segundo participantes da discussão.

Embora o foco seja alcançar operações digitais, um interlocutor do ministro diz que os saques também serão taxados.

A Receita Federal está debruçada sobre possíveis modelos para o novo tributo. Técnicos têm se reunido com representantes do Banco Central para avaliar os tipos de cobrança e seus efeitos colaterais.

O debate inclui a possibilidade de cobrar transações interbancárias, investimentos e até operações entre contas de mesma titularidade, algo que era isento durante a CPMF.

A análise feita no momento prevê incidência sobre o que vem sendo chamado de transações externas, nos saques, compras em lojas e na internet, pagamentos de boletos ou contas e operações digitais.

O debate em aberto diz respeito às transações internas, como transferências de mesma titularidade, operações entre bancos e movimentação de uma conta-corrente para um investimento.

Quando vigorou, entre 1997 e 2007, a CPMF incidiu sobre as movimentações financeiras, mas com exceções. Havia isenção para negociações de ações na Bolsa, transferências entre contas correntes de mesma titularidade e saques de aposentadorias, seguro-desemprego e salários.

Pessoas próximas a Guedes argumentam que a proposta em análise é menos nociva do que o atual emaranhado tributário do país, mas, nos bastidores, tratam a nova contribuição sobre pagamentos como "o novo imposto".

Um auxiliar do ministro afirma que a modulação do tributo precisa ser feita de forma

a abarcar a maior base de arrecadação e que, ao mesmo tempo, gere o menor volume de efeitos negativos.

Especialistas dizem que, por suas características, a CPMF poderia travar a economia, incentivar tentativas de burlar o sistema e ampliar o volume de operações em espécie.

Criticos afirmam ainda que o tributo gera um amplo efeito em cascata. Uma mesma pessoa pode pagar o imposto mais de uma vez sobre o mesmo volume de dinheiro, por exemplo, receber uma transferência bancária, pagar uma compra com esse recurso, sacar uma parcela e depois depositar novamente.

Esse efeito também é sentido pelas empresas, já que cada operação, compra de insumo ou contratação de serviço ao longo da cadeia de produção é alvo da cobrança. O custo acaba empurrado para o consumidor.

O modelo elaborado pela Economia prevê alíquota de 0,2%, com arrecadação potencial de R\$ 120 bilhões ao ano.

Para alcançar esse volume de receita, a proposta desenhada pela pasta prevê cobrança em duas pontas. Por exemplo, se uma pessoa faz uma compra em uma loja online, o imposto é cobrado do comprador e da empresa vendidora. A incidência total daquela operação, portanto, será de 0,4%.

Em 2007, último ano em que vigorou, a CPMF tinha uma alíquota de 0,38% e incidia apenas de um lado da operação, na hora do débito na conta — por exemplo, no saque.

Procurada, a Receita Federal informou que só irá se manifestar sobre a proposta do novo imposto a partir do anúncio oficial das próximas etapas da reforma tributária.

O advogado tributarista Roberto Duarte Estrada diz que o tributo é altamente regressivo — ou seja, mais os pobres — e guarda o risco de ter sua finalidade desviada ou a alíquota ampliada ao longo do tempo, como houve com a CPMF.

Estrada acredita que os fatores negativos serão minimizados se o governo realmente criar o novo tributo em substituição de outros impostos. Ele ressalta que o modelo facilita a fiscalização e inibe a atuação de sonegadores.

Em relação às isenções, o tri-

Compare a CPMF e o novo tributo

CPMF

0,38%

era a alíquota em 2007, quando foi extinta

Incidência

- Em uma ponta da operação
- Cobrança sobre movimentações financeiras
- Havia isenção para negociações de ações na Bolsa, transferências entre contas correntes de mesma titularidade e saques de aposentadorias, seguro-desemprego e salários

NOVO TRIBUTO

0,2%

é a alíquota estudada pelo governo

Incidência

- Nas duas pontas, com cobrança sobre quem paga e quem recebe
- Base de tributação ainda em estudo, mas governo quer cobrança não apenas em operações digitais como também em saques
- Governo discute se vai tributar movimentações interbancárias, transferências entre contas de mesma titularidade e movimentações para investimentos

butarista afirma que é razoável que essas exceções existam para não onerar muito o contribuinte. Ele criticou a possibilidade de haver cobrança sobre transferências entre contas de mesma titularidade.

"É um absurdo ter que pagar imposto duas vezes em uma operação na qual eu movimento meu próprio dinheiro."

Na busca pela aprovação do imposto, Guedes prometeu apresentar um plano de desoneração de encargos trabalhistas. Há propostas para promover uma redução ampla de tributos sobre os salários mais baixos e fazer um corte parcial dos encargos para todas as faixas salariais.

Técnicos da pasta consideram que essa é uma troca importante de base arrecadatória, especialmente porque novas formas de trabalho desvalorizadas pela economia digital não são alcançadas pelo fisco.

O time de Guedes também quer usar a arrecadação da nova CPMF para ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda e bancar parte do novo programa social elaborado pelo governo, o Renda Brasil.

No Congresso, há resistências em relação ao tributo, com campanha contrária encabeçada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR).

"[Um imposto como a CPMF] é fácil de arrecadar, mas é muito perverso com o contribuinte e recai sobre as pessoas que têm menos renda", avalia o tributarista Fernando Silveti, tributarista.

Para ele, o governo tem tentado reembalar — com nome diferente — um imposto muito semelhante ao que vigorou até 2007 e que foi derrubado pelo Congresso na época.

Silveti classifica esse modelo de tributação como "bastante inflacionário", pois incide sobre uma base muito ampla, o que deve refletir no aumento de custos e de preços dos produtos e serviços.

Essas também são as principais críticas de parlamentares ao imposto planejado pelo Ministério da Economia sem que a proposta tenha sido oficialmente apresentada.

Em debate sobre a reforma tributária com congressistas, Guedes afirmou na semana passada que seria uma ignorância comparar a ideia que vem sendo estudada pela equipe econômica com a extinta CPMF. Ele, no entanto, não detalhou a proposta.

As discussões em torno do tributo sobre transações resultaram, em setembro de 2019, na queda do então secretário da Receita, Marcos Cintra. Dez meses depois, Bolsonaro deu, em julho, aval para Guedes retomar esse debate e negociações com o Congresso.

"O que o Guedes está propondo não é CPMF, não. É uma tributação digital", disse o presidente em julho — no entanto, sem que o governo expusesse as diferenças entre os tributos.

Brasil 200 abraça proposta de 'tributo digital' e articula frente parlamentar

Thais Carranço

SÃO PAULO O Instituto Brasil 200, grupo formado por empresários como Flavio Rocha (Riachuelo), Luciano Hang (Havan), Washington Cinel (Gocil) e João Apolinário (Polihop), abraçou a proposta do ministro Paulo Guedes de criação de um imposto sobre transações financeiras.

O ministro apresenta o imposto digital com alteração, principalmente, para desonerar o peso tributário que hoje recai sobre a folha de pagamento.

Ainda sem proposta oficial, o novo tributo vem sendo chamado de "imposto digital" pela equipe econômica, porque abrangeria atividades como o comércio eletrônico e a de empresas como Netflix e Uber.

Para os críticos, devido à baixa alíquota pretendida (0,2%) e ao grande volume de arrecadação esperada (R\$ 120 bilhões), trata-se de reedição da velha CPMF.

Para tentar angariar apoio à sua proposta no Congresso, o Brasil 200 busca articular uma frente parlamentar pela desoneração de folha. Segundo Gabriel Kanner, presidente do instituto e sobrinho de Flavio Rocha, a frente já reúne assinaturas de 40 parlamentares e deverá ser liderada pelo ex-delegado de polícia e deputado federal Marcelo Freitas (PSL-MG).

Desde meados de 2019, o Brasil 200 vinha defendendo uma proposta de imposto único federal, que acabaria com tributos como IPI, PIS, Cofins, CSLL e INSS patronal, substituídos por um imposto sobre transações financeiras com alíquota de 2,5%. A proposta, porém, não avançou e houve a mudança de estratégia.

"Até antes da pandemia, defendíamos o imposto único, mas a discussão dentro do Congresso começou a se afundar, caminhando para a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e a desoneração de folha, com os 20% de INSS patronal sendo substituídos por um imposto digital", afirma Kanner. "Entendemos que esse primeiro passo da desoneração de folha é fundamental para voltarmos a gerar empregos".

Entidades empresariais estão divididas. Próxima aos Brasil 200, a CNS (Confederação Nacional do Serviço) apoia a criação de um imposto nos moldes da antiga CPMF, mas sugere alíquota ainda maior do que

a do governo (0,8%), que possibilitaria uma desoneração de folha mais ampla.

Já CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e CNI (Confederação Nacional da Indústria) são contra o tributo, ainda que favoráveis à redução de custos trabalhistas.

Apesar do argumento do presidente do Brasil 200 e de boa parte do setor privado de que a desoneração ajudaria na criação de empregos, em artigo publicado recentemente no blog do Ibrave-FGV, o economista Fernando Veloso lembra que as evidências empíricas são pouco conclusivas nesse sentido.

Segundo Veloso, estudos sobre desoneração de folha no Chile e na Argentina não encontraram efeitos positivos da medida sobre o emprego, enquanto na Colômbia houve efeito favorável sobre a formalização de trabalhadores com baixos salários. No Brasil, desoneração introduzida em 2011 teve impacto modesto sobre a geração de empregos, diz o economista.

Em sua defesa do novo "imposto digital", Kanner faz eco à argumentação do governo de que ele abarcaria novas empresas de tecnologia hoje não tributadas. "O Mercado Livre, por exemplo, se tornou a empresa mais valiosa do varejo no Brasil, ultrapassando o Itaú, e não sabemos como tributar essa empresa tradicionalmente".

Apesar da recusa do governo em aceitar a comparação do novo imposto com a CPMF, Kanner admite a semelhança. "Vai depender da base, se utilizar a mais ampla sobre movimentações financeiras, se assemelha [a CPMF] na metodologia de arrecadação", diz. "Mas não é igual, pois a CPMF virou um imposto a mais, já o imposto digital seria substitutivo, eliminando outros impostos".

Segundo o presidente do Brasil 200, o trabalho do grupo é de corpo a corpo no Congresso para angariar a adesão de deputados à proposta. "Precisamos de um tipo de imposto que faça sentido na era digital, e esse tipo de imposto é aquele sobre transações financeiras e pagamentos eletrônicos", diz. "Ninguém defende aumento de carga tributária, mas uma substituição, com a desoneração da folha de salários".

Pela proposta do governo, segundo o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, parte da arrecadação de R\$ 120 bilhões que seria obtida com o imposto seria destinada a desoneração total da contribuição previdenciária patronal até um salário mínimo e à redução da contribuição de 20% para 15% para salários acima desse valor.

Para Kanner, essa pode ser uma primeira etapa, rumo a uma desoneração de folha mais ampla que poderia resultar numa alíquota de imposto digital maior do que o 0,2% inicialmente pretendido pela equipe econômica.

A tarefa não deve ser fácil, já que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou diversas vezes que vai trabalhar contra o imposto. Também o relator da reforma tributária na Câmara, Aquinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou recentemente que "a tentação da criação de um novo imposto é algo meio medieval".

Pesquisa realizada pela XP em julho com 146 deputados mostrou que apenas 20% apoiam a criação de um imposto sobre transações, percentual que cai a 15% quando excluídos os deputados de oposição. A fatia sobe para 32% se os recursos forem usados para desoneração de folha ou para o Renda Brasil.

Congresso vê com ceticismo

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painel@grupofolha.com.br

movimento de Bolsonaro em apoio à agenda liberal

Líderes dizem que faltou ênfase em discurso e que logo presidente voltará a se debater entre ampliar gastos e seguir cartilha do mercado

Thiago Resende, Bernardo Caram e Ricardo Della Coletta

Na avaliação de líderes partidários, faltou mais ênfase no discurso do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em defesa da agenda liberal do ministro Paulo Guedes (Economia). Congressistas estão preocupados com a duração do apoio da por ele as reformas.

Não é a primeira vez que Bolsonaro teve que fazer um gesto claro nos planos de Guedes — geralmente numa reação a ruídos e embates dentro do Executivo. Portanto, segue entre líderes do Senado e da Câmara uma desconfiança. O discurso de quarta (12) não deu sinais de qual seria o cronograma das reformas. Sem um gesto concreto, parlamentares acreditam que, em poucos meses, o presidente novamente irá se debater entre ampliar gastos (para manter a popularidade) e seguir a cartilha do mercado financeiro (representada por Guedes).

É quase unânime essa avaliação entre influentes deputados e senadores. As divergências são sobre quando será o próximo embate entre as alas do governo que se opõem em relação ao teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas públicas à inflação.

Alguns acreditam que o “Bolsonaro liberal” não irá se sustentar diante das eleições municipais, marcadas para novembro.

Outros dizem, que isso ocorrerá logo após a apresentação do projeto de Orçamento de 2021 e as discussões sobre como alocar a apertada margem de despesas discricionárias, que incluem gastos com custeio da máquina pública e investimentos.

Mesmo com as promessas de respeito ao teto de gastos, o governo avalia como encontrar recursos para financiar projetos de infraestrutura. Uma das alternativas estudadas é abrir crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões para serem

destinados a obras. O valor, segundo disseram interlocutores à Folha, seria dividido entre os ministérios de Infraestrutura e Desenvolvimento Regional.

O uso de crédito extraordinário livraria o governo das limitações impostas pelo teto constitucional. No entanto, a possibilidade do expediente para bancar obras já gera apreensão entre especialistas sobre uma possível nova manobra para driblar a âncora fiscal.

Isso porque a Constituição afirma que créditos extraordinários só podem ser usados para despesas “imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, com omissão inter na ou calamidade pública”. O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que na reunião de quarta no Palácio da Alvorada essa possibilidade não foi discutida.

“Qualquer solução para o financiamento de obras será feita dentro do teto”, afirma.

A estratégia do Ministério da Economia é aproveitar o momento para destravar propostas que cortam despesas obrigatórias, como despesas com servidores, para abrir espaço no teto de gastos. Assim, a pressão sobre o Orçamento seria reduzida.

Após a reunião de quarta, entre Bolsonaro, ministros e a cúpula do Congresso, foi anunciado um esforço para fazer isso avançar.

Já há na Câmara e no Senado projetos que acionam gatilhos emergenciais de corte de despesas quando o quadro das contas públicas se torna grave no ano. A ideia é ajustar e unificar essas PECs (propostas de emenda à Constituição).

Mesmo em relação a essa aliança entre Poderes, há dúvidas entre líderes partidários. Uma das principais medidas reduz benefícios de servidores em atividade, sendo que Bolsonaro travou a reforma administrativa com receio do desgaste político.

“As medidas serão impopulares, sempre. Mas seria melhor que ele [Bolsonaro] usasse o capital político que tem agora para aprovar isso já. Ele precisa mostrar alguma coisa de concreto, e não apenas dar uma declaração”, disse o senador Orivisto Guimarães (Podemos-PR), que é relator de uma das propostas do governo sobre os gatilhos.

Segundo ele, faltou empenho, principalmente da ala política do Executivo, para conseguir votos e fazer com que a PEC, apresentada em novembro do ano passado, avançasse. Bolsonaro conseguiu ampliar o apoio no Congresso após se aproximar de partidos do centro — que se alinharam em anos anteriores também a governos petistas.

A popularidade dele subiu, especialmente em regiões mais carentes, por causa da ampliação de gastos públicos na pandemia, como o auxílio emergencial.

No entanto, há congressistas que relativizam isso. Eles afirmam que o gasto com programas sociais neste ano de calamidade pública explodiu e, mesmo assim, a popularidade do presidente está abaixo de antecessores que não tiveram liberdade para transferir tanto dinheiro à população.

Portanto, a janela para conseguir aprovar uma agenda liberal, como de reforma administrativa, privatizações e medidas de ajuste fiscal, pode, segundo líderes, se fechar no fim do ano.

Com a pauta travada por causa das burocracias da máquina pública e da falta de apoio político, secretários espaciais de Guedes pediram demissão nesta semana. Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) deixaram os cargos juntos.

Sobre a debandada, líderes afirmam que foi reflexo da falta de traquejo político da equipe de Guedes. O diálogo com o Congresso é frequentemente apontado como uma falha.

Menos Brasília

Apesar da simbologia nos gestos de apoio a Paulo Guedes feitos por Bolsonaro após a debandada de Salim Mattar e Paulo Uebel, grandes empresários ficaram com a impressão de que a sustentação do ministro agora está fora de Brasília, no setor privado. “Guedes está num labirinto que não depende só dele. Desconfio que seu apoio venha mais de fora do que de dentro, e desconfio que teto e reforma são a cruzada que o fará ficar ou sair”, diz Horácio Lafer Piva (Klabim).

MÁGOA Para Piva, Mattar foi um herói tombado. “É ativo e eficaz demais para Brasília e esta missão neste governo. Pessoa certa para o trabalho em momento errado. O jovem Uebel ainda tem muito pela frente e não pode perder tempo com frustrações”, afirma.

FIN DA LINHA Antonio Carlos Pizonzi (RaiaDrogasil) prevê batalha perdida. “A saída de Salim Mattar e Paulo Uebel aponta para uma derrota da equipe econômica no sentido de enxugar a máquina do estado e criar condições para uma reforma tributária não onerosa”, diz ele.

DOR DE CABEÇA O diretor presidente da Seguros Unimed, Helton Freitas, afirma que a debandada é somente o sintoma de que algo já não ia bem com a agenda liberal deste governo. Mas aprofunda uma preocupação sobre a capacidade de recuperação em meio a pressões políticas.

PARTE 2 “Considerando que o programa econômico liberal teve importante peso na eleição de Jair Bolsonaro, o enfraquecimento, ainda, o eventual abandono dessa agenda reprisa o episódio do estolono eleitoral na novela política brasileira”, diz Freitas.

PRORROGAÇÃO Christopher Vlavianos (Comerc) ainda estimula o ministro. “Acho que um técnico que atrai talentos em sua formação e vai perdendo esses talentos durante o campeonato, por qualquer motivo que seja, tem que realvaliar e se reinventar”, afirma.

LUPA A conta de energia vai entrar na lista de dados do consumidor analisados por birôs de crédito para compor o cadastro positivo. A Abradee (associação de distribuidores de energia elétrica) vai assinar um acordo com a ANBC (entidade que representa os birôs) para que o histórico de pagamento da fatura seja usado na concessão de empréstimo.

PARCELAS Um dos esforços para tentar reduzir as taxas de juros pagas pelos consumidores no Brasil, o cadastro positivo começou a funcionar em janeiro deste ano, mas coletando apenas informações do sistema bancário.

DINHEIRO NA MÃO Quando o secretário de Transportes Metropolitanos de SP Alexandre Baldy, foi preso no início deste mês, os agentes federais apreenderam R\$ 90 mil guardados em dois cofres da casa dele em Brasília e mais R\$ 10 mil na residência que ele também mantém em Goiânia. Mas nem sempre foi assim.

VENDALVA Em 2018, ele tinha apenas R\$ 10 em depósito à vista e numerário, segundo a declaração pública de bens das autoridades divulgada no Diário Oficial de São Paulo no dia 27 de maio deste ano. O documento aponta outros recursos, como R\$ 1,3 milhão em imóveis e aplicações.

BOLSO Nesta semana, Baldy disse à Folha que “cada centavo” encontrado nos imóveis está declarado no Imposto de Renda. A culpa pedida ao governo paulista uma declaração mais recente do secretário, mas não teve resposta.

DIÁRIO Baldy foi solto pelo ministro do STF Gilmar Mendes um dia após ser preso. As suspeitas que motivaram a prisão do secretário são anteriores à atuação dele no governo de João Dória, quando foi nomeado em dezembro de 2018.

MONTANHA-RUSSA Após quatro meses de queda, o índice de confiança do consumidor voltou a crescer em julho, diz pesquisa da ACSI (Associação Comercial de SP). O indicador, que varia de 0 a 100, atingiu 79 pontos no mês passado ante 77 em junho, mas se mantém no patamar do pessimismo.

LUZ Alta foi puxada pela expectativa futura da classe C quanto a crédito, renda e emprego. Mas, só 23% dos consumidores sentem conforto para comprar casa e carro, e 33% preferem móvel e eletrodoméstico. As transações nas compras de itens para casa cresceram 31% na primeira semana de agosto ante a média do período, diz a PayGo.

TETO Efeito do coronavírus para tentar reduzir as taxas de juros pagas pelos consumidores no Brasil, o cadastro positivo começou a funcionar em janeiro deste ano, mas coletando apenas informações do sistema bancário.

‘Ideia de furar teto de gastos existe, o pessoal debate, qual o problema?’, afirma presidente

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Um dia depois de ter afirmado que respeita o teto de gastos, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta quinta-feira (13) que o governo discutirá, sim, a ideia de “furar” a âncora fiscal e arrematou: “O pessoal debate, qual o problema?”

“A ideia de furar o teto existe, o pessoal debate, qual o problema? Na pandemia nós temos a PEC de Guerra, já furamos o teto [de gastos] em mais ou menos R\$ 700 bilhões”, declarou Bolsonaro, durante sua live semanal nas redes sociais. “Eu sempre falo que a economia é 90,9% com Paulo Guedes. Eu tenho que ter 0,1% do poder de veto. O teto é o teto, certo? O piso sobe automaticamente e cada vez mais você tem menos recursos para fazer alguma coisa”, disse.

O presidente foi perguntado se era possível extrapolar o teto em “mais R\$ 20 bilhões”. “Eu falei: Qual a justificativa? Se for para vírus, não tem problema nenhum”. O presidente fez, na noite de quarta-feira (12), um compro-

misso público com o teto de gastos — dispositivo constitucional que limita despesas do governo federal às realizadas no exercício anterior, corrigidas pela inflação.

A trava tem limitação a capacidade do governo de financiar obras públicas, e um grupo de ministros tem pressionado o governo a discutir alternativas para viabilizar a realização de investimentos no país. O movimento conta com o apoio dos militares e dos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

O grupo passou a discutir formas de driblar a proibição imposta pela emenda à Constituição, mas esbarrou na resistência de Paulo Guedes. O ministro da Economia tem argumentado que desrespeitar o teto envolveria um sinal de descompromisso com a responsabilidade fiscal.

Na quarta, o presidente defendeu o teto de gastos após uma reunião com ministros e os presidentes da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RR), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O con-

gressista afirmou que não vai tentar convencer o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR), a enviar a reforma administrativa do governo e disse estar disposto a dividir o desgosto do tema como o Planalto.

“Vamos tentar convencer o presidente de que pode enviar que ele vai enviar”, afirmou.

“A ideia de furar o teto existe, o pessoal debate, qual o problema? Na pandemia nós temos a PEC de Guerra, já furamos o teto [de gastos] em mais ou menos R\$ 700 bilhões”, declarou Bolsonaro, durante sua live semanal nas redes sociais. “Eu sempre falo que a economia é 90,9% com Paulo Guedes. Eu tenho que ter 0,1% do poder de veto. O teto é o teto, certo? O piso sobe automaticamente e cada vez mais você tem menos recursos para fazer alguma coisa”, disse.

O presidente foi perguntado se era possível extrapolar o teto em “mais R\$ 20 bilhões”. “Eu falei: Qual a justificativa? Se for para vírus, não tem problema nenhum”. O presidente fez, na noite de quarta-feira (12), um compro-

misso público com o teto de gastos — dispositivo constitucional que limita despesas do governo federal às realizadas no exercício anterior, corrigidas pela inflação. A trava tem limitação a capacidade do governo de financiar obras públicas, e um grupo de ministros tem pressionado o governo a discutir alternativas para viabilizar a realização de investimentos no país. O movimento conta com o apoio dos militares e dos ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura). O grupo passou a discutir formas de driblar a proibição imposta pela emenda à Constituição, mas esbarrou na resistência de Paulo Guedes. O ministro da Economia tem argumentado que desrespeitar o teto envolveria um sinal de descompromisso com a responsabilidade fiscal. Na quarta, o presidente defendeu o teto de gastos após uma reunião com ministros e os presidentes da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RR), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). O con-

com Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência julho

Autônomo, empregador e facultativo	Valor mín.	R\$ 1.045	20%	R\$ 209
Valor máx.	R\$ 6.101,06	20%	R\$ 1.220,21	

MÉ (Microempreendedor)
Assalariado até R\$ 1.045

Alíquota	em %
R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	5%
R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	7,5%
R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06	15%

*O prazo da competência de julho vence em 20 de agosto para empresas; para pessoas físicas, vence em 15 ago. O prazo para a competência de maio foi 10 ago. para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Dedução, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	Alíquota em %	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	De 7,5%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o patrão da doméstica venceu em 7 ago. A guia de pagamento dos pontos inclui a contribuição ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Veículo: Estadão	
Data: 15.08.2020	Caderno: Economia



Congresso prepara reforma própria do 'RH do Estado' para pressionar Bolsonaro

Estratégia de lideranças parlamentares é 'constranger' governo a apresentar proposta de reforma administrativa que foi engavetada por determinação do presidente

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

14 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - O **Congresso** quer retomar a votação de uma série de projetos que compõem uma reforma administrativa própria para pressionar o presidente **Jair Bolsonaro** a enviar sua proposta. O **Executivo** tem que ser o responsável em propor mudanças nas regras das carreiras dos servidores, que hoje ultrapassam o número de 300, mas a **Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Administrativa** reuniu textos que já estão em tramitação na **Câmara** e no **Senado** que mexem com as regras dos concursos públicos, o modelo de gratificação dos servidores, a regulamentação do teto dos supersalários, entre outros pontos. O grupo também quer tirar do papel a criação de uma agência independente para coordenar o RH do funcionalismo. Esse órgão já existiu por 47 anos até 1985. O funcionalismo público é composto por

9,77 milhões de funcionários federais, estaduais e municipais, o que representa 21% dos 46 milhões de postos formais de trabalho existentes no **Brasil**.

A estratégia é tirar o governo da zona de conforto também via pressão popular. A avaliação da frente é que o momento é favorável no Senado e na Câmara para a reforma administrativa, ao contrário do que pensa o governo, que vê resistência muito forte ao projeto em ano de eleições municipais.

A proposta do governo está pronta desde o final do ano passado, mas foi engavetada por determinação do presidente. No início do ano, antes da pandemia da **covid-19**, o **Palácio do Planalto** chegou a informar que Bolsonaro havia até assinado o texto, mas a proposta acabou saindo da lista de prioridades da agenda econômica.

Na retomada da discussão da agenda econômica, o governo priorizou a reforma tributárias e, nas últimas semanas, com a pressão por mudanças no teto de gastos, regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, o foco passou a ser a discussão de corte de despesas para abrir espaço para os programas sociais.

“Vamos constranger o presidente a não ter outra saída a não ser enviar a reforma”, diz o deputado **Tiago Mitraud (Novo-MG)**, coordenador da frente. “É um assunto que não é de partido A ou B, mas de País.” Segundo ele, a reforma administrativa, pela forma como está estruturada a legislação brasileira, vai ter que mexer em diferentes temas, por meio de **Propostas de Emenda Constitucional (PECs)**, leis complementares, ordinárias, que podem tramitar no Congresso sem iniciativa do Executivo. Mas há temas que são de

iniciativa exclusiva do Executivo, quando as mudanças tratam da estrutura das carreiras e dos salários.

Depois de uma mobilização nos bastidores, senadores e deputados da frente, nas últimas 48 horas, conseguiram que o tema da reforma administrativa fosse incluído nos pronunciamentos feitos durante a reunião de Bolsonaro com lideranças do Congresso e ministros em favor da responsabilidade fiscal.

Demissão

A preocupação com o atraso da reforma aumentou com a **saída da equipe econômica do secretário especial de Desburocratização, Paulo Uebel**, responsável pela elaboração da proposta de reforma. **Uebel** não quis ficar no governo diante de informações de que o governo deixaria reforma para 2021. Ao anunciar a saída do auxiliar, o próprio ministro **Paulo Guedes** admitiu o problema.

Segundo a senadora **Kátia Abreu (PDT-TO)**, a frente vai trabalhar para manter a “bola” da reforma no jogo. “O governo pode até mandar uma bola murcha para o Congresso. Aqui a gente enche”, disse ao defender que o presidente mande um projeto simplificado com mudanças na estruturação das carreiras e na avaliação de desempenho. De acordo com pesquisa do Instituto Millenium, 95% dos funcionários públicos recebem bonificação máxima por seu desempenho, o que mostra a ineficiência do sistema de avaliação.

Entre os projetos que já estão no Congresso e alteram regras do funcionalismo estão o PL 252/2003, que moderniza o concurso público; o PL 10887/ 2018, que trata da punições aos servidores por improbidade; e o PLS 116/2016, que regulamenta, como pede a Constituição, a avaliação de desempenho dos servidores; e também o

PL 6726/2016, que coíbe o pagamento dos supersalários no serviço público.

Integrante da frente e especialista no tema, o senador **Antonio Anastasia (PSD-MG)**, defende a estabilidade dos servidores apenas para poucas carreiras de Estado. Hoje, os servidores públicos estatutários têm direito à estabilidade após três anos de efetivo exercício, desde que aprovados em avaliação de desempenho. Quem faz concurso para empresas e sociedades de economia mista é chamado de empregado público e está submetido ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No governo, a avaliação é que a reforma só será enviada quando tiver condição política satisfatória por causa da pressão corporativista.



Por **Claudia Safatle**

Trabalhou na "Gazeta Mercantil" por 18 anos, foi repórter es... [ver mais](#)

“Governo precisa de um ‘Serjão’ do FHC”, diz Salim

Há uma lista de 11 empresas que não serão privatizadas

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Salim Mattar, ex-secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, chegou ao Ministério da Economia às 7 horas. Era janeiro de 2019 e o seu primeiro dia de trabalho no setor público. No prédio, todas as portas estavam fechadas. Ele bateu na porta da entrada privativa, um guarda sonolento abriu e ele foi logo avisando: “Olha, eu chego todos os dias para trabalhar as 7 horas”. O guarda, no dia seguinte, já estava a postos para recebê-lo.

O tempo foi passando e todos os dias, cedo, formava-se uma rodinha de pessoas na entrada do ministério. Salim conta que ficou intrigado com a presença diária de pessoas na portaria e perguntou ao guarda quem era aquela gente. Para seu espanto, o guarda lhe disse que eram curiosos que estavam ali para ver um empresário que tinha largado a sua empresa (Localiza) para vir para o setor público ganhar mal. Para ele foi “como estar no filme ‘O Dia em que a Terra Parou’, quando a nave espacial estaciona no meio da cidade e dela desce um ET”, comparou. “Eu era um ser exótico”, concluiu. A curiosidade, porém, não se traduziu em receptividade.

Há uma lista de 11 empresas que não serão privatizadas



Ads by Teads

“Viemos para transformar o Estado. O meu papel é privatizar as empresas públicas e reduzir o tamanho do Estado”, costumava dizer. Quando chegou, ele conta que lhe informaram que existiam 134 estatais. No documento que deixou ao desocupar, anteontem, seu gabinete, são, atualmente, 614. Nesse número há um exagero pois contabiliza 210 companhias em que uma estatal possui participação minoritária e que, portanto, não pode ser considerada uma empresa pública.

Apesar de na saída alegar “que, em minha análise de esforço despendido versus resultados obtidos, a conta foi negativa” e de atribuir ao establishment a demora das coisas acontecerem ou de emperrarem mesmo, Salim diz que deixa um gordo pipeline de privatizações para serem colocadas na “esteira” do BNDES.

“Há uma lista de 300 ativos para serem vendidos até o fim do ano que vem”, avisou. As três primeiras empresas dessa lista foram colocadas à venda, mas não houve interessados e deverão ser extintas. São elas: a Agência Brasileira Gestora de Ativos (ABGF), a Empresa Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (Emgea) e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

Há, também, uma listagem de 11 empresas que não serão privatizadas. Dessa constam a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. (Amazul), Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, Banco da Amazônia (Basa), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste (BNB), Indústria Nuclear do Brasil (INB), Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), Casa da Moeda e a Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Outro fato marcante na passagem de Salim pelo governo ocorreu, segundo ele, na véspera do dia 28 de outubro, dia do servidor público, data instituída em 1937 por

Getulio Vargas e que é ponto facultativo. Inconformado com o fato de os funcionários públicos não trabalharem nesse dia, Salim argumentou com um servidor: “No dia do dentista, o dentista trabalha; no dia do engenheiro, ele também trabalha. Não seria o caso de se repensar esse feriado?”. “Mas isso é tradição!”, respondeu o funcionário.

Não estar às 7h no serviço e considerar o feriado do dia do servidor uma data tradicional são duas histórias que, para ele, simbolizam os usos e costumes do setor público. “Eu e Uebel trabalhamos naquele dia”, lembrou. Paulo Uebel, ex-secretário de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, saiu do governo junto com Salim, caracterizando, segundo Guedes, uma “debandada”.

Uma tarde em meados do ano passado, eu fui ao gabinete do secretário. Salim se aproximou da janela de onde se vê um bom pedaço da Esplanada dos Ministérios e comentou: “É uma beleza, só que nada funciona!”.

Nesse dia ele decidiu que quando saísse do governo escreveria um livro relatando a sua experiência. Ontem ele disse que os 19 meses em que ficou à frente da secretaria foram uma “experiência única”, resumiu, completando: ‘Saio melhor do que cheguei”.

Uma das partes do discurso liberal de Salim, presente na grande maioria das suas apresentações, refere-se à obesidade do Estado brasileiro e, portanto, ao pesado custo da sua manutenção para o contribuinte.

A folha de salários do funcionalismo custa R\$ 985,5 bilhões, o equivalente a 13,5 % do PIB, valor muito acima da média dos países da OCDE. Esse é o patamar do gasto consolidado nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Tomando apenas o governo federal, são R\$ 328,5 bilhões, o que corresponde a 4,5% do PIB.

O quadro das empresas estatais, segundo documento deixado por Salim, hoje é o seguinte: são 46 empresas com 148 subsidiárias, 210 coligadas e 210 com participações minoritárias. Essas empresas deram um prejuízo de R\$ 190 bilhões no período de 2009 a 2018.

O Estado-empresário ainda é muito grande e para reduzi-lo, na visão de Salim, seria preciso ter no governo o equivalente ao que foi o “Serjão” no governo de FHC. Sérgio Motta, então ministro das Comunicações, tinha autoridade e apoio integral de Fernando Henrique Cardoso para tocar o programa de privatização. Foi nessa ocasião que foram privatizados, por exemplo, a Vale e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

Sobre a empregabilidade nas companhias vendidas ao setor privado, os dados apresentados por Salim mostram que hoje elas empregam bem mais do que quando eram estatais. Isso ocorreu na CSN, que tinha 15 mil empregados em 1993, quando foi vendida, e hoje tem mais de 39 mil incluindo os terceirizados; a Embraer em 1994 tinha 9 mil funcionários e tem hoje pouco mais de 28 mil; e a Vale passou de 10,8 mil em 1997 para 149 mil, sendo praticamente metade contratados e outra metade de terceirizados.

Os liberais no governo cabem em um micro-ônibus, segundo Salim. Mas o fato é que criou-se um racha na pasta da Economia entre os “de fora” e os funcionários de carreira que contaminou o ambiente de trabalho e facilitou a debandada.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras
E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Menos gordura: Anvisa libera fórmula emagrecedora esperta
FEXADROL | EMAGRECEDOR

LINK PATROCINADO

Menos barriga: fórmula emagrecedora alivia gordura profunda
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas

Associações se unem para combater proposta de fim de isenção tributária ao livro

Por João Bernardo Caldeira — Para o Valor

14/08/2020 05h02 · Atualizado há 5 horas

Livro e reforma tributária

As associações ligadas à indústria do livro encomendaram um estudo para analisar o impacto da proposta de reforma tributária do governo federal. A intenção da União é acabar com a isenção tributária concedida ao livro desde 1946 e incluída na Constituição de 1988. As entidades divulgaram um manifesto contra a proposta e enviaram representantes a Brasília para sensibilização de parlamentares. “Já está mais do que comprovada a correlação entre crescimento econômico, melhoria da escolaridade e aumento da acessibilidade do livro no país”, afirma Vitor Tavares, presidente da Câmara Brasileiro do Livro. “Na América Latina, apenas no Chile e na Guatemala o livro é tributado.”

Caso aprovada, a tributação elevará os custos do livro e vai dificultar, sobretudo, as atividades das pequenas e médias editoras. É o que afirma Tomaz Adour, presidente da Liga Brasileira de Editoras, que reúne 150 associados: “Sem um caixa forte como as grandes companhias, muitas editoras não irão conseguir manter o seu negócio.” Dos seus 150 associados, muitos realizam tiragens reduzidas, de cerca de mil exemplares, e apenas uma em cada dez publicações esgota sua edição. Em seus cálculos, um imposto de 12% vai gerar reajustes de cerca de 50%, afastando os consumidores. “Do valor total do preço de capa, apenas cerca de 8% fica com a editora, que não conseguirá fechar essa conta”, diz.

Boom do on-line

Plataforma de venda de ingressos e eventos on-line, a Sympla vem registrando um

crescimento de 12% por semana, desde julho. O número de eventos no ambiente digital passou de 2 mil, registrado antes do início da pandemia, para 9 mil, atualmente. A empresa tem abrigado inúmeros shows, festas e espetáculos teatrais como “Parece Loucura Mas Há Método”, em cartaz, com Kelzy Ecard. “Investimos muito para entregar a tecnologia necessária para que esses eventos artísticos pudessem se adaptar a este momento de boom do on-line”, diz Rodrigo Cartacho, CEO da empresa.

Apesar desse boom do on-line, a Sympla amargou queda de receitas com a interrupção das atividades presenciais, que alimentavam o seu negócio de venda de ingressos, do qual é líder. Outro segmento que passou a fazer parte do seu cardápio são os drive-in, que já venderam mais de 100 mil ingressos vendidos desde maio, em casas como Allianz Parque e Jeunesse Arena. A médio e longo prazo Cartacho projeta um cenário otimista: “Por mais que o on-line tenha crescido, acredito que, por conta da demanda reprimida, os eventos presenciais irão atingir um patamar ainda maior do que aqueles anteriores à pandemia, quando estivermos num ambiente realmente seguro.”





— Foto: Fred Jordão/Divulgação

Mostra Ecofalante de Cinema traz 98 filmes on-line

Em sua nona edição, a Mostra Ecofalante de Cinema vai exibir gratuitamente 98 filmes em plataformas on-line até o dia 20 de setembro. Um dos principais festivais da América do Sul dedicados a temáticas socioambientais, a mostra traz filmes de 24 países, incluindo produções inéditas, como “Acqua Movie”, novo longa de Lírio Ferreira, com Alessandra Negrini (foto).

Completam a programação entrevistas com dez diretores e aulas. Os filmes poderão ser acessados pelas plataformas dos sites www.ecofalante.org.br, Videocamp e Spcine Play, e os debates serão transmitidos ao vivo no Facebook (facebook.com/mostraecofalante) e YouTube (youtube.com/mostraecofalante).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Menos gordura: Anvisa libera fórmula emagrecedora esperta
FEXADROL | EMAGRECEDOR

LINK PATROCINADO

Menos barriga: fórmula emagrecedora alivia gordura profunda
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês contra dores nas articulações chega ao Brasil.
OKINA

Bolsonaro admite ter discutido o rompimento de regra para despesas

Por Fabio Murakawa, Fabio Graner, Murillo Camarotto, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente Jair Bolsonaro admitiu ontem que houve uma discussão dentro do governo para romper o teto de gastos, inclusive a intenção de consultar o Tribunal de Contas da União (TCU) para fazê-lo. Mas afirmou que a ideia não foi levada adiante devido a resistências sobretudo do ministro Paulo Guedes, da Economia.

A ideia tinha mesmo poucas chances de ir adiante na corte de contas e foi abortada. O TCU, contudo, já mostra nova resistência em relação à mais recente ideia do governo para driblar o teto: a abertura de um crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões para viabilizar investimento em obras.

Conforme antecipado na noite de quarta-feira pelo **Valor PRO**, o serviço de informações em tempo real do **Valor**, o objetivo é atender ao menos parcialmente os pleitos da ala do governo que defende ampliação de gastos em infraestrutura para estimular a economia e reforçar as chances de reeleição.

Segundo fontes, ministros gostariam de mais recursos, mas não teriam como utilizar todo o montante neste ano. Para que parte dos recursos não se tornasse restos a pagar, a solução encontrada por Guedes foi o envio de um projeto de crédito extraordinário de R\$ 5 bilhões, o que conteria a despesa neste ano. Mas mesmo assim ela pode se constituir numa manobra, dado que esse tipo de obra é uma despesa normal e seu instrumento naturalmente seria o remanejamento de

despesa, com crédito suplementar, submetendo esse recurso ao teto e obrigando corte de outras rubricas de despesa.

O montante de R\$ 5 bilhões é a cifra que os ministros Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Tarcísio Freitas (Infraestrutura) avaliam que seria possível executar ainda em 2020.

Procurado, o Ministério da Economia deu resposta política, mas que demonstra a resistência a mais essa nova ideia da ala “fura-teto”. “A abertura de um crédito extraordinário só ocorre se o ministério setorial demonstrar que os requisitos de “relevância, urgência e imprevisibilidade” foram atendidos”, em outras palavras, vai ser difícil enquadrar obras já previstas como motivo para o uso do instrumento.

“O enquadramento de eventual despesa naquele instrumento [PEC da Guerra] é específico para enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas. A atuação do governo para o enfrentamento da pandemia, se valendo destes dois instrumentos, seguirá respeitando todos os requisitos”, completou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que tem reforçado a defesa do teto nas últimas semanas e se aproximado de Guedes, comentou que a jurisprudência do STF firmada no governo Lula (2008) mostra que não seria constitucional uso de crédito extraordinário para obras.

Bolsonaro reclamou dos vazamentos dessas discussões e também da reação a essas informações no mercado, a quem falta “patriotismo”, segundo o presidente. “Eu sempre falo que a economia é 99,9% com Paulo Guedes. Eu tenho que ter 0,1% de veto. O teto é o teto, certo? O piso sobe anualmente e cada vez mais tem menos recursos para fazer alguma coisa”, afirmou.

Bolsonaro disse que pastas como a da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional têm poucos recursos para concluir obras e tocar projetos porque “cada vez o cobertor fica mais curto”.

Fracassa articulação de governadores para reagir a documento

Só doze se dispuseram a responder ao Palácio do Planalto

Por **Maria Cristina Fernandes** — De São Paulo

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Governadores incomodados com o documento preparado no Palácio do Planalto vinculando as mortes na pandemia às suas gestões tentaram articular uma carta conjunta para responder ao presidente Jair Bolsonaro. Esbarraram, no entanto, na resistência dos colegas.

O documento tem carimbo da Presidência da República e da Secretaria de Governo do ministro Luiz Eduardo Ramos e cita como fonte o Ministério da Saúde. Tem data de sábado, dia em que o país atingiu 100 mil mortes pela covid-19. Nele, estão listados “top 5 estados” em número de novos casos e em número de novos óbitos.

Ao todo, cinco governadores são citados, dois tucanos, João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS), um petista, Rui Costa (BA), um do partido Novo, Romeu Zema (MG), um ex-correligionário de Bolsonaro no PSL, Carlos Moisés (SC), além de Ronaldo Caiado (GO), do DEM.

O documento menciona também os “top 5 municípios”, em total de casos confirmados, e o nome de seus prefeitos: o tucano Bruno Covas (São Paulo), Marcelo Crivella (Rio de Janeiro), do Republicanos, Antonio Carlos Magalhães Neto (Salvador), do DEM, e Roberto Claudio (Fortaleza), do PDT. O quinto “município” incluído é Brasília, apesar de o Distrito Federal, governado por Ibaneis Rocha (MDB), ser uma unidade da federação.

Parlamentares a quem o documento foi destinado o receberam como munição de defesa da atuação do governo federal na pandemia em relação com as gestões estaduais e municipais.

A mobilização por uma resposta conjunta foi capitaneada pelos governadores do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e de São Paulo, João Doria (PSDB), diagnosticado na quarta-feira com a covid-19.

A mobilização por uma resposta, iniciada no grupo de WhatsApp dos governadores, só arrebanhou 12 deles, quórum muito inferior àquele registrado em outros momentos em que os governadores subscreveram respostas a ataques do presidente da República.

Em 25 de março, mês em que foi registrado o primeiro caso de covid-19 no país, 26 governadores, depois de uma reunião virtual, subscreveram uma carta em que defenderam as medidas de isolamento social atacadas por Bolsonaro. O único a não assinar a carta foi Ibaneis Rocha (DF). Duas semanas depois, o Supremo Tribunal Federal decidiria que governadores e prefeitos têm autonomia na adoção de medidas de combate à pandemia.

Em 19 de abril, um quórum mais baixo, ainda que representativo, de 20 governadores, subscreveu uma carta em defesa da atuação dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, por um pacote de ajuda federativa a Estados e municípios.

Cinco meses depois do início da pandemia, porém, a unidade dos governadores se esvaiu. Ao longo desse período, a Polícia Federal desencadeou operações desencadeadas por denúncias de suposto superfaturamento na compra de respiradores e equipamentos de proteção individual. Entre eles, três, Wilson Witzel (RJ), Carlos Moisés (SC) e Wilson Lima (AM), passaram a responder pedidos de impeachment nas respectivas assembleias legislativas.

Outros governadores passaram a se ocupar do oscilante abre-fecha das atividades econômicas, em função da evolução dos casos da pandemia, uns aguardam

convênios com o governo federal e outros tantos temem que Bolsonaro retalie dando munição a eventuais adversários nas eleições municipais.

A ajuda aos Estados aprovada pelo Congresso beneficiou-os desigualmente, como mostrou reportagem de Ribamar Oliveira (**Valor**, 12/8). Aprovado na Câmara a partir do critério de perdas na arrecadação, o projeto foi mudado no Senado para levar em consideração os critérios que lastreiam os fundos de participação de estados e municípios, além da taxa de incidência da covid-19.

O resultado foi que os valores dos repasses foram inferiores à perda de receita em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. No caso de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, os repasses equivaleram ao dobro da perda de receita. Cinco Estados (Acre, Pará, Amapá, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), obtiveram repasses de seis a 205 vezes a arrecadação registrada.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Menos barriga: fórmula emagrecedora alivia gordura profunda
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Menos gordura: Anvisa libera fórmula emagrecedora esperta
FEXADROL | EMAGRECEDOR

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula indiana contra a calvície! Cabelo cresce nas entradas
SHIKAKAI

LINK PATROCINADO

Esta pílula "estica" a pele velha depois dos 40 anos
SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês contra dores nas articulações chega ao Brasil.

Fusão de PECs de pacote fiscal volta a ser discutida no Senado

Clima no Senado ainda é de desconfiança

Por Renan Truffi, Vandson Lima, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



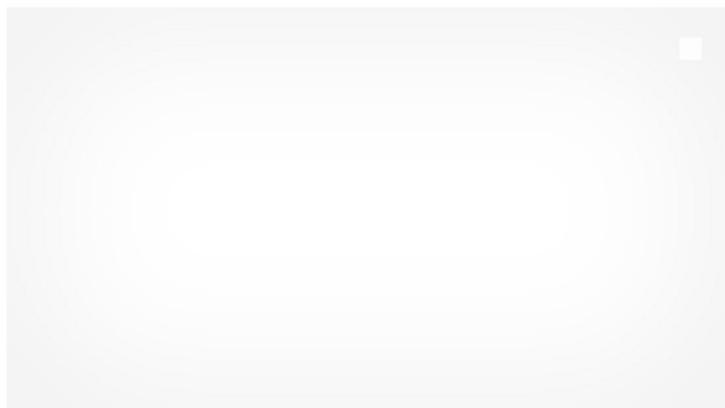
Oriovisto: chegou a hora de Bolsonaro decidir se seguirá o caminho “populista” ou uma gestão baseada no liberalismo — Foto: Jefferson Rudy/Agencia Senado

O Senado voltou a negociar a unificação de duas das propostas de emenda à Constituição (PECs) que integram o pacote conhecido como Mais Brasil. A discussão acontece na esteira dos debates sobre a manutenção do teto de gastos, compromisso assumido entre Executivo e Legislativo.

A unificação envolveria os textos da PEC Emergencial - que prevê uma série de gatilhos para corte de despesas e readequação orçamentária de União, Estados e município - e da PEC do Pacto Federativo. Esse acordo já havia sido desenhado há dois meses, mas não andou em função da disseminação do coronavírus.

A ideia é incluir as mudanças promovidas pelo relator da PEC Emergencial, senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), na proposta do pacto federativo, relatada pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC). O acordo caminha para ser fechado na próxima semana, em reunião entre os líderes do governo e integrantes da equipe econômica. Por conta disso, Bittar ficaria responsável por “repaginar” o texto das PECs.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Ambas ainda não haviam sido aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado até o início do estado de calamidade pública, mas agora podem ser levadas diretamente ao plenário, a depender das negociações.

Elas criam mecanismos emergenciais de controle de despesas públicas para União, Estados e municípios e eram tidas pelo governo como fundamentais para enfrentar a crise.

Pelas contas iniciais da equipe econômica, as medidas tenderiam a reduzir gastos em até R\$ 16,6 bilhões. No entanto, o pacote Mais Brasil perdeu força em meados de abril sob a justificativa de que poderia inviabilizar parte do pacote do Ministério da Economia para combater os efeitos do coronavírus sobre a economia.

Na prática, a PEC vedaria, por exemplo, a redução a zero de alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar até o fim do ano e a desoneração temporária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre produtos nacionais e importados necessários ao combate da doença.

As discussões sobre a retomada da votação do pacto federativo provocaram, inclusive, uma nova divergência entre os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Na reunião convocada pelo presidente Jair Bolsonaro, na quarta-feira, Maia defendeu que o tema deveria ficar sob responsabilidade dos deputados, mas Alcolumbre discordou e pediu que o assunto continue sendo liderado pelos senadores. Apesar da divergência, o presidente da Câmara sinalizou ontem que vai aguardar a preferência dos senadores.

“Já há três PECs [propostas de emenda constitucionais] em discussão no Senado sobre os gatilhos do teto de gastos e é nosso acordo começar o debate por lá. Vamos respeitar esse acordo”, afirmou o presidente da Câmara. “Quando votarem lá, já temos a PEC do deputado Pedro Paulo [DEM-RJ] aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e vamos apensar para ganhar o tempo da CCJ nessa discussão”, complementou.

Questionado pela reportagem, após a coletiva de imprensa, Maia negou ter entrado em embates com Alcolumbre e disse que “sempre afirmou que o Senado já tem as PECs” para deliberação.

Apesar do avanço nas negociações, o clima no Senado ainda é de desconfiança. Relator da PEC Emergencial, o senador Oriovisto Guimarães disse que “chegou a hora” de Bolsonaro decidir se seguirá o caminho de um governo “populista” ou de uma gestão baseada no liberalismo.

Para ele, ainda que o Palácio do Planalto tenha feito um compromisso em torno das contas públicas, integrantes do governo continuariam pedindo por mais empenho de recursos da União.

“Se ele [Bolsonaro] fizer a opção pelo populismo, com a liberação de recursos e auxílios, abandonará o Paulo Guedes. Se ele for pelo caminho da economia liberal, isso também terá impacto na popularidade”, disse.

Do lado da Câmara, a maioria dos líderes da base do governo dizem concordar, entretanto, com a posição mais fiscalista e pela manutenção do teto. Articuladores políticos do Executivo relatam que foi o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que atuou para tentar convencer os deputados a pressionarem o governo, mas que, por enquanto, essas conversas não surtiram efeito e a maioria é a favor de manter a regra.

“Não é endividando mais o país, que já está completamente endividado, que vamos resolver a crise”, resumiu o líder do PSD, deputado Diego Andrade (MG). Um dos poucos a falar publicamente a favor de uma revisão no teto é o líder do Republicanos, Jonathan de Jesus (RR). “Acho que o governo vai terminar tendo que rever sim. As contas públicas não vão fechar”, defendeu.

Saiba Mais

[Teto pode ter 'gatilho' a partir de 95% de gasto](#)

[Bolsonaro admite ter discutido o rompimento de regra para despesas](#)

[Renda Brasil não infringirá limite, afirma Waldery](#)

Governo estuda fundo de desestatização para financiar carteira verde-amarela

Área técnica avalia que medida exigiria envio de uma PEC ao Congresso

Por **Edna Simão e Lu Aiko Otta** — De Brasília

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A equipe econômica estuda encaminhar ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para criar um fundo com recursos recebidos pela União com a privatização e a venda de participações em empresas públicas. Ainda não foi batido o martelo, mas uma das possibilidades é que esse dinheiro seja direcionado para a implementação do programa carteira verde-amarela.

Segundo técnico da área econômica ouvido pelo **Valor**, o novo fundo seria nos moldes de um outro, cuja criação foi autorizada no artigo 81 da Constituição Federal para destinação de recursos decorrentes da desestatização de empresas para o Fundo de Combate e Erradicação de Pobreza, que vigoraria até 2010. Na avaliação desse técnico, seria necessário o envio de uma PEC sobre o assunto justamente pela existência de uma vinculação de repasse.

As discussões ainda estão no início. Há um mês, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que pretendia criar esse fundo para bancar a previdência dos trabalhadores que utilizarão a carteira verde-amarela. Pelo que explicou à época, nesse regime não há recolhimento de contribuição previdenciária nem pelo trabalhador nem pelo empregador. No entanto, esses trabalhadores gerarão pressão sobre o sistema previdenciário no futuro. Com o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 para minimizar o efeito do coronavírus, o governo descobriu

38 milhões de informais, os chamados invisíveis, que, com a carteira verde-amarela, poderiam ter um estímulo para sua formalização.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O fundo serviria para criar uma espécie de poupança para esse trabalhador. Seria um sistema de capitalização, como Guedes vem defendendo desde a campanha eleitoral. Ele informou que a União tem ativos que podem servir de lastro para o sistema. E avaliou que sairia mais barato para o governo dar um recurso a esses trabalhadores, para formar uma poupança para o futuro, do que pagar um auxílio assistencial.

Outra fonte da área econômica informou que a criação de um sistema de capitalização da Previdência também dependeria de aprovação de PEC. No ano passado, o ministro Guedes tentou, sem sucesso, aprovar a capitalização com a reforma da Previdência.

A carteira verde-amarela faz parte do que o ministro chama de “rampa de ascensão social”. No nível mais baixo, estão as pessoas que receberão o Renda Brasil. Em seguida, vêm os trabalhadores da carteira verde-amarela, que terão um nível mínimo de formalização. A etapa seguinte são os trabalhadores que recebem até um salário mínimo, sobre os quais a contribuição sobre a folha será eliminada. E, na etapa seguinte, vêm os demais trabalhadores formais, para os quais a contribuição patronal ao INSS deverá cair dos atuais 20% para 15%.

Para tirar todo esse programa do papel, a equipe econômica conta com a criação da contribuição sobre pagamentos que, apesar da proposta nem ter sido apresentada oficialmente, já enfrenta resistência pelo Congresso Nacional devido à semelhança

Imunidade de ICMS não vale para toda a cadeia de exportação

Decisão do STF autoriza cobrança de fornecedores de insumos e matérias-primas

Por Joice Bacelo e Marta Watanabe — De Brasília e São Paulo

14/08/2020 05h02 · Atualizado há 5 horas



Ministro Dias Toffoli: a Constituição, no artigo 155, pressupõe a incidência de ICMS nas operações internas — Foto: Divulgação

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) poderá elevar os custos dos exportadores. Os ministros entenderam que a isenção de ICMS prevista para as exportações não vale para a etapa anterior, que envolve a produção das mercadorias. Fornecedores de insumos e matérias-primas devem recolher o imposto estadual.

Os ministros se posicionaram desta forma ao julgar recurso que discutiu a tributação sobre embalagens. A tese por eles fixada - que servirá de orientação para as demais instâncias - ficou, porém, mais abrangente. O texto trata de "operações e prestações anteriores à exportação", de maneira genérica, e não somente das embalagens.

O entendimento deve elevar o custo do resíduo de impostos acumulados no processo de produção, segundo José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Esse resíduo, diz, equivale, em média, a 7,2% do custo de produção dos bens destinados à exportação. O Reintegra, lembra ele, programa pelo qual o exportador consegue se ressarcir de parte desse resíduo, é atualmente de apenas 0,1% sobre o faturamento resultante da exportação.

Isso atinge o exportador no momento em que o nível de embarques da indústria cai. Castro ressalta que a exportação de manufaturados caiu cerca de 40% de janeiro a julho deste ano, na comparação com igual período do ano passado. A pandemia, que reduziu a demanda dos mercados internacionais, certamente contribuiu para isso, pondera.

Para Castro, a expectativa era de que o STF seguisse as decisões favoráveis já existentes sobre frete. A questão, diz ele, é que em vários produtos, como alimentos, por exemplo, a embalagem faz parte do produto e é imprescindível à sua comercialização.

Segundo o advogado Julio Janolio, sócio do Vinhas e Redenschi, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com base na Lei Kandir, prevê a isenção do imposto sobre as operações de frete de mercadorias destinadas ao exterior.

Uma das mais recentes nesse sentido foi proferida em junho de 2019. A 2ª Turma permitiu que não fosse cobrado ICMS sobre o transporte interestadual das

mercadorias (REsp nº 1292371).

Há receio, no meio jurídico, no entanto, de que a decisão do Supremo, emitida agora, influencie nos julgamentos do STJ sobre esse tema - o que seria ainda pior para as empresas exportadoras.

E isso poderá ocorrer também nos tribunais estaduais. Alguns deles, como São Paulo (TJ-SP) e Paraná (TJ-PR), têm jurisprudência reiterada no sentido de que a imunidade de ICMS abrange toda a cadeia produtiva exportadora.

Leo Lopes de Oliveira Neto e Andre Henrique Azeredo Santos, do FAS Advogados, afirmam que há preocupação também em relação às normas estaduais que existem atualmente. Alguns Estados garantem a isenção do ICMS para o transporte das mercadorias da empresa até o local de exportação.

A decisão do STF, da forma como foi proferida, faz surgir a dúvida de que tais Estados possam reavaliar as suas decisões e passar a cobrar o imposto. "Se isso acontecer, o preço de escoamento da produção vai ficar realmente mais caro", diz Andre Henrique Azeredo Santos.

Esse tema foi julgado pelos ministros por meio de recurso apresentado por uma fabricante de embalagens do Rio Grande do Sul (RE 754917). O julgamento ocorreu no plenário virtual.

Nas alegações apresentadas pela companhia aos ministros consta que a Constituição Federal impõe, de forma clara, a não incidência do ICMS quando o produto tem como destino outro país. "Essa exportação não está limitada ao exportador direto, mas sim a toda a cadeia de produção a qual se vise o comércio e o trânsito de produtos com destino ao exterior", diz no processo.

O ministro Dias Toffoli, relator do caso, discordou da empresa e negou o pedido de isenção - mantendo decisão do Tribunal do Rio Grande do Sul (TJ-RS). "Nas operações de exportação, é clara a orientação quanto à impossibilidade de, a pretexto de extrair da regra imunitória o máximo de efetividade, adotar interpretação ampliativa, de modo a abarcar fatos, situações ou objetos a priori não abrangidos pela expressão literal do enunciado normativo", afirma em seu voto.

Segundo o ministro, a Constituição, no artigo 155, parágrafo 2º, inciso X, pressupõe a incidência de ICMS nas operações internas. Tanto que, no último trecho desse dispositivo, destaca, há previsão de medida compensatória às exportadoras: a manutenção e o aproveitamento dos créditos gerados pela cobrança do imposto na etapa anterior.

“Houvesse imunidade para as operações internas, de modo que não fosse cobrado o ICMS em nenhuma das etapas anteriores à exportação, seria inútil e despropositada a regra de manutenção e aproveitamento de crédito”, diz Dias Toffoli.

O entendimento do relator foi acompanhado pela maioria dos ministros. Marco Aurélio e Edson Fachin foram os únicos que divergiram, dando razão à empresa.

Para o ministro Fachin, que inaugurou a divergência, a imunidade do ICMS para toda a cadeia produtiva exportadora não demanda interpretação extensiva do artigo 155 - como votou o relator. “Trata-se tão somente de aplicação do princípio do país do destino, pois, do contrário, estar-se-á a promover a oneração de produto destinado ao exterior, em desarmonia ao que prevalece no comércio internacional.”

A possibilidade de aproveitar os créditos de ICMS que são gerados com as compras dos insumos - destacada no voto do ministro Dias Toffoli -, na prática, não diminui o prejuízo das empresas exportadoras, segundo advogados. Como não pagam o imposto na venda ao exterior, elas não conseguem fazer a compensação com o que pagaram na entrada e acabam acumulando créditos.

Alguns Estados permitem que esses créditos sejam transferidos a terceiros e utilizados para comprar matéria-prima. Só que o processo de autorização costuma ser lento e burocrático e, por esse motivo, acabam não sendo usados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

Risco fiscal e retomada da atividade acentuam correção em juros futuros

Mesmo após Bolsonaro defender teto de gastos, taxas disparam e bolsa recua

Por **Victor Rezende** — De São Paulo

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

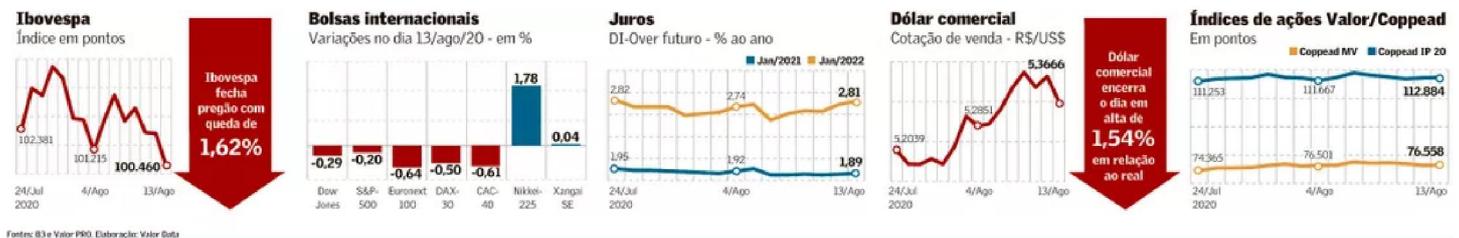


Dalton Gardimam, economista chefe da Bradesco Corretora: reação da economia reflete ajuda financeira do governo — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Nem mesmo a defesa do teto de gastos feita pelo presidente Jair Bolsonaro na noite de quarta-feira bastou para acalmar os ânimos no mercado de juros. O ruído em torno das contas públicas foi o estopim para uma correção nas taxas futuras, cujo resultado foi um forte aumento do prêmio de risco, que afetou até o mercado de ações. Mas não foi somente a questão fiscal que pesou sobre o mercado. A

percepção de retomada mais forte da atividade contribuiu, assim como o cenário externo, onde também é observado um ligeiro avanço nas taxas dos títulos americanos, após a surpresa inflacionária nos Estados Unidos em julho.

“O fiscal bateu pesado no mercado na quarta-feira. No fim do dia, foi vazado que haveria um pronunciamento do presidente em defesa do teto e o mercado voltou atrás. Mas foi temporário. Deu oportunidade de compra hoje [quinta-feira]”, diz Sergio Machado, sócio e gestor da SF2 Investimentos.



Para o gestor, a declaração de Bolsonaro foi “totalmente protocolar” e não apresentou novidades. “O governo tem tido o hábito de falar bastante e, antes, o mercado se deleitava com as falas. Um ano e oito meses depois, o mercado começa a querer mais ação”.

Não à toa, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 - mais sensível a fatores estruturais da economia - subiu de 6,71% para 6,85%. Taxas de juros mais elevadas pioram o cenário para ativos de risco, como ações, que vinham ganhando terreno com a busca dos investidores por mais rentabilidade. Com isso, o Ibovespa aprofundou a queda e fechou em baixa de 1,62%, aos 100.461 pontos.

Em disparada

Juros futuros têm forte alta e pressionam Ibovespa

■ DI de 1 dia- Jan/27



■ Ibovespa



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Os riscos fiscais começaram a “assombrar” o mercado de maneira mais incisiva na virada do mês, quando notícias relacionadas a um possível drible no teto de gastos começaram a ser veiculadas. Além disso, aliados de Bolsonaro também passaram a defender publicamente um aumento dos gastos públicos. Foi o caso do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente. Para alguns profissionais do mercado, a tendência é de piora, no momento em que se aproxima a discussão em torno do Orçamento de 2021.

“O governo tentou dar uma resposta a isso mobilizando a equipe e os principais atores políticos, mas não trouxe nada de concreto. Estamos quase entrando em uma dinâmica de crise, em que o mercado fica frustrado sempre e aí podemos entrar em uma dinâmica muito negativa”, afirma Pedro Dreux, gestor de renda fixa da Occam. Ele diz estar preocupado com a deterioração fiscal no Brasil e a concomitante paralisação da agenda de reformas estruturais, o que se agrava com a saída de Salim Mattar e de Paulo Uebel do Ministério da Economia.

Soma-se à questão fiscal o ambiente de retomada mais forte da atividade econômica, justamente como consequência dos gastos públicos mais elevados. “Em

junho, os três principais indicadores de atividade mostraram desempenho mais forte do que o esperado (produção industrial, vendas no varejo e volume de serviços). Isso provavelmente confirma os efeitos da ajuda financeira do governo sendo capaz de amortecer parte da redução na demanda agregada durante o pior da crise”, afirma o economista-chefe do Bradesco BBI, Dalton Gardimam.

Em relatório enviado a clientes, o economista aponta, ainda, que esses resultados foram obtidos mesmo com a contínua fraqueza do mercado de trabalho. “Embora haja incerteza sobre como a atividade econômica reagirá após o fim da ajuda financeira do governo, os resultados recentes colocaram um viés de alta em nossa estimativa para o PIB de 2020, atualmente em -6%”, diz Gardimam.

Segundo Dreux, da Occam, “o cenário de retomada mais forte, como o que vem se desenhando, não é uma boa notícia para o mercado de juros, porque gera questionamento sobre o tamanho do estímulo monetário que foi empregado”. As opções de Copom indicam 80% de chance de manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 2% na reunião de setembro do colegiado, mostram dados da B3.

A perspectiva de que o ciclo de afrouxamento monetário já chegou ao fim tende a abrir algum espaço para alívio no câmbio. Ontem, o dólar comercial fechou em forte queda de 1,54%, aos R\$ 5,3666, em um movimento beneficiado pela defesa feita por Bolsonaro ao teto de gastos e desvalorização quase generalizada da divisa americana em relação a outras moedas globais.

Apesar do alívio local, as preocupações fiscais devem se manter no radar. “Embora acreditemos que o gesto deve acalmar os mercados no curto prazo, a nossa interpretação é que os comentários de Bolsonaro deixam abertura sobre a sua postura”, notam analistas do Citi. “O presidente reforçou a importância das reformas e do teto, mas não se comprometeu com a reforma administrativa ou qualquer privatização. Além disso, disse que ‘respeita’ o teto, mas não disse que não tentará enfraquecê-lo.”

“Eu já não gosto do mercado de juros há algum tempo. Embora haja fundamentos do ponto de vista de inflação e atividade, o juro real está muito fora da realidade brasileira que estávamos acostumados. Pode ser passageiro”, diz Joaquim Kokudai,

gestor da JPP Capital. Ele reconhece que algumas partes da curva de juros embutem prêmio e se tornaram atrativas, mas prefere manter uma visão mais cautelosa. O profissional afirma que tem observado uma correção recente nas taxas - puxada, também, pelo avanço dos juros americanos.

Enquanto na seara nacional os ruídos relativos à questão fiscal e à atividade mais forte guiaram os ativos, no exterior houve um movimento semelhante de juros mais altos, em especial nos Estados Unidos. Na terça-feira, o índice de preços ao produtor (PPI) desafiou o consenso do mercado, de alta de 0,3%, ao avançar 0,6% na comparação anual de julho. No dia seguinte, o mesmo caminho foi observado no índice de preços ao consumidor (CPI), cujo núcleo, que exclui os preços de energia e de alimentos, teve alta de 1,6% na comparação anual de julho, muito acima da expectativa de apenas 1,1%.

“Foi uma recuperação bastante expressiva e o aumento maior do que o esperado da inflação foi liderada pelo aumento nos preços de serviços, que haviam apresentado um comportamento mais fraco nos meses anteriores”, afirma a economista-chefe para EUA do Morgan Stanley, Ellen Zentner. O banco, inclusive, projeta que, no quarto trimestre, o núcleo da inflação fique em 1,6% nos EUA, nível bem mais elevado do que a projeção mediana do Federal Reserve (Fed), de 1,0%.

Com a inflação mais alta em solo americano, houve um desmonte nas posições aplicadas em juros reais americanos e compradas em ouro, que eram as mais consensuais até então, o que permitiu uma abertura da curva de TIPS (títulos atrelados à inflação). No fechamento de quarta, o juro real de dez anos nos EUA estava em -0,98%, após ter caído abaixo de -1,10% recentemente. Já os preços do ouro, que iniciaram a semana acima de US\$ 2 mil, voltaram a cair abaixo desse nível psicológico.

O ligeiro avanço dos juros reais americanos se refletiu nos mercados de renda fixa ao redor do globo. Na Alemanha, os rendimentos dos Bunds de dez e de 30 anos atingiram o maior nível em seis semanas. Já em relação aos Treasuries, a curva apresentou leve inclinação, com a taxa da T-note de dez anos em 0,710% na quinta-feira, no maior nível desde 23 de junho.

Serviços crescem 5%, mas ainda sem recompor perda

Junho tem 1ª reação após quatro meses de queda no setor

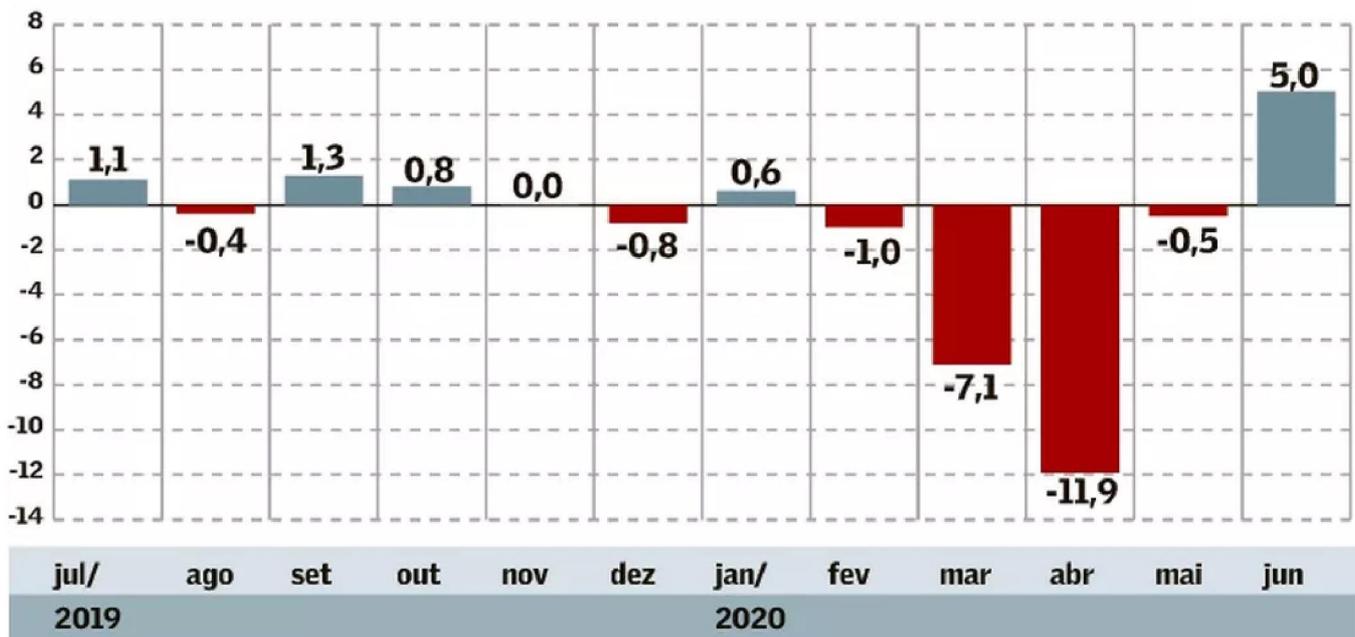
Por Gabriel Vasconcelos e Ana Conceição — Do Rio e de São Paulo

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

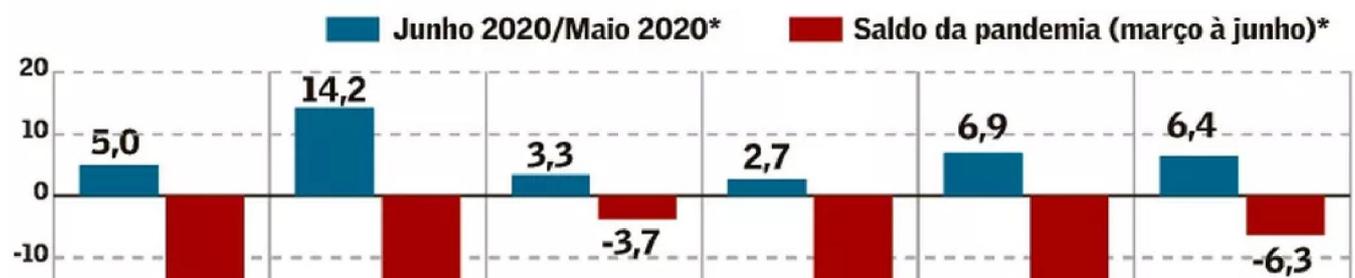
Recuperação fraca

Serviços têm alta, mas estão longe de patamar pré-pandemia

■ Variação mês a mês em volume*



■ Desempenho por atividade - em %





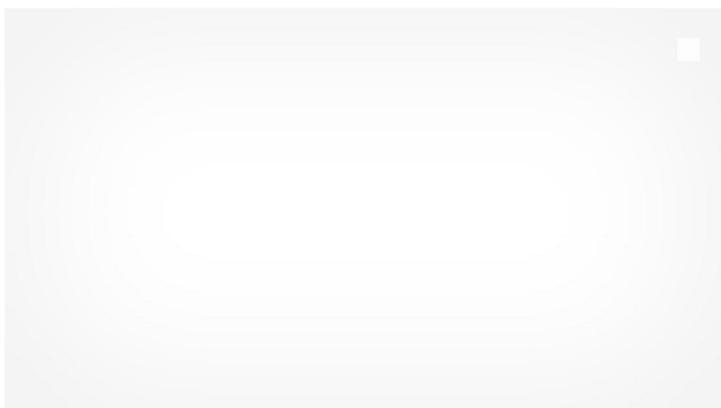
Fonte: IBGE *Com ajuste sazonal

Setor mais afetado pelo isolamento social, os serviços cresceram 5% em junho, na comparação com maio, mas ainda estão longe do nível pré-pandemia, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após a alta, o volume de serviços continuou com perdas maiores que o comércio, para onde as famílias reorientaram seus gastos, e que a indústria. O resultado positivo de junho foi o primeiro na comparação com o mês anterior após quatro quedas, o que também inclui fevereiro, antes da pandemia.

O avanço de junho, mostrou o IBGE, foi pequeno diante do tamanho perdas provocadas pela fase mais aguda da crise sanitária. Entre março e junho, o setor ainda acumulou queda de 14,5%. Na comparação com junho do ano passado, a retração foi de 12,1%. O acumulado do primeiro semestre é de queda de 8,3%, e, em 12 meses, de 3,3%.

PUBLICIDADE



Segundo analistas, o resultado dos serviços ficou dentro do esperado. A falta de uma reação mais forte indica que o setor não deve retomar o patamar pré-pandemia até o fim de 2020. A retomada em serviços, dizem os especialistas, tende a ser mais lenta que a da indústria, menos afetada pelo isolamento, e que a do comércio, em parte adaptado ao varejo on-line.

“Para serviços em geral, a recuperação a patamares pré-pandemia vai ficar para o início de 2022”, afirma o economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes. A entidade calcula que o nível de geração de receita do setor ainda está 59% abaixo do verificado antes da epidemia. Com o resultado de junho, a CNC revisou a queda do setor no ano de 5,9% para 5,7%, o que seria a pior taxa anual da série histórica do IBGE. Até então, o maior recuo aconteceu em 2016 (-5,0%).

Os economistas Carlos Lopes, do Banco BV, e Rafael Leão, da consultoria Parallaxis, observam que a recuperação da atividade nos serviços foi a última a começar entre os grandes setores da economia e seguirá “gradual e heterogênea”. Leão aponta diferenças entre o comportamento dos segmentos e entre as regiões do país, na medida em que a pandemia avança com ritmo próprio em cada Estado.

“Podemos dividir o efeito dessa crise [para os serviços] em três ciclos. O primeiro, de queda abrupta, o segundo, de recuperação parcial, e agora, em que a retomada será mais lenta e heterogênea”, diz Leão. Muitos serviços, em especial às famílias - turismo, restaurante, salões de beleza, academias - continuam a exigir nível de exposição das pessoas incompatível com o coronavírus, argumenta.

Analista da XP investimentos, Lisandra Barbero diz que o conjunto de informações disponíveis até agora, dos serviços, comércio e indústria, reforça a expectativa de queda em torno de 10% no PIB, no segundo trimestre em relação ao mesmo período de 2019. Na comparação com o primeiro trimestre, a queda prevista é de 8%. No cenário da XP, o PIB do terceiro trimestre deve avançar 5,4% na margem e, no quarto trimestre, subir 1,7%, fechando o ano em 4,8% no ano.

As cinco atividades dos serviços investigadas pelo IBGE avançaram em junho ante maio, mas nenhuma o suficiente para recompor a retração na pandemia. As

maiores influências positivas foram transportes (6,9%) e serviços de informação e comunicação (3,3%), que têm os maiores pesos no índice, 30% e 37% respectivamente.

Os serviços prestados às famílias tiveram o melhor desempenho ante maio em termos absolutos, 14,2%, mas só respondem por 4% do indicador geral. Com a recuperação parcial de junho, o saldo da pandemia para essa atividade é uma retração de 51,3%.

“Os serviços às famílias precisariam crescer 105,2% em julho para repor a queda durante a crise. Por isso, não vejo como poderiam se recuperar na velocidade do varejo. Impedidas de ir a restaurantes, as pessoas intensificaram as compras em supermercados”, diz Rodrigo Lobo, gerente da pesquisa do IBGE.

Atividade que puxou o avanço dos serviços em junho, transportes ainda têm retração acumulada de 16,3% entre março e junho, que chega a perda de 63,7% no caso do transporte aéreo, o mais afetado. Para se recuperar já em julho, o setor aéreo teria de crescer 175,3% na margem, dizem técnicos do IBGE.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Menos barriga: fórmula emagrecedora alivia gordura profunda
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Menos gordura: Anvisa libera fórmula emagrecedora esperta
FEXADROL | EMAGRECEDOR

LINK PATROCINADO

Senhora de 65 anos com pernas de 30 revela como se livrou das varizes

STJ julgará crédito de Cofins de produto monofásico

Segundo Fazenda Nacional, impacto para União pode ser bilionário

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

14/08/2020 05h02 · Atualizado há 5 horas





Rafael Nichele: tributação monofásica está no regime da não cumulatividade — Foto: Ricardo Jaeger/Valor

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve retomar, no dia 26, a discussão sobre o direito a créditos de PIS e Cofins sobre produtos monofásicos comercializados com alíquota zero. Por enquanto, há apenas o voto do relator, ministro Gurgel de Faria, contrário ao contribuinte.

A questão foi levada à seção por haver divergência entre as turmas de direito público do STJ. A 1ª Turma julga, por maioria, a favor dos contribuintes. A 2ª, por unanimidade, contra.

Os produtos chamados monofásicos têm a tributação concentrada no fabricante ou importador, com uma alíquota majorada. O revendedor, que tem alíquota zero de PIS e Cofins, discute nesses processos se teria direito a créditos para abater de tributos federais.

Por envolver PIS e Cofins, o impacto dessa discussão “é multibilionário”, segundo nota da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O tema, acrescenta o órgão, “recebe a atenção da Fazenda Nacional em todas as instâncias em centenas de processos”. A discussão envolve revendedores de automóveis, autopeças, medicamentos, produtos de higiene pessoal e cosméticos e bebidas.

Para o advogado Fabio Calcini, do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, que assessora uma distribuidora de bebidas em um dos processos analisados pela 1ª Seção, não faz sentido comprar o produto para revenda com alíquota majorada, que em alguns casos chega a 30%, e não ter pelo menos o direito ao crédito de PIS e Cofins de 9,25%.

A discussão teve origem com as leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, que tratam do sistema não cumulativo do PIS e da Cofins. Segundo as normas, não

haveria direito ao crédito para os revendedores que estão sujeitos à alíquota zero.

Os contribuintes alegam, porém, que o artigo 17 da Lei nº 11.033, de 2004, que instituiu o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) teria revogado tacitamente essa proibição. Pelo dispositivo, “as vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota zero ou não incidência da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações”.

A questão está sendo analisada pela 1ª Seção por meio de dois processos (EAREsp 1109354 e EREsp 1.768.224/RS), relatados pelo ministro Gurgel Faria. O julgamento começou em 2019 e seria retomado em maio, mas foi retirado da pauta duas vezes. Agora foi marcado para o dia 26.

Rafael Nichele, do Nichele Advogados, que assessora uma cooperativa agrícola, parte de um dos dois processos em julgamento, considera que a premissa adotada pelo relator merece ser reavaliada, por. Ele entendeu, acrescenta o advogado, que esses contribuintes estão no regime cumulativo. Porém, destaca, o artigo 42 da Lei nº 10865, de 2004, diz expressamente que essas empresas podem adotar o regime não cumulativo.

Além disso, afirma Nichele, a Receita Federal já emitiu orientações que confirmam que a tributação monofásica está na não cumulatividade. Entre elas, as Soluções de Consulta Cosit nº 174, de 2012, e nº 496, de 2017. Por fim, o advogado ainda destaca que as Medidas Provisórias (MPs) nº 413 e 451, de 2008, tentaram retirar essas empresas do regime da não cumulatividade, mas não foram convertidas em lei. “O que demonstra que estariam no regime não cumulativo desde 2004.”

Como os julgamentos da 2ª Turma têm sido unânimes para a União e na 1ª Turma os contribuintes têm quatro votos apenas, a tendência é de a Fazenda Nacional vencer a disputa. Porém, segundo Fabio Calcini, agora que o tema está na seção, os ministros terão oportunidade para analisar com mais profundidade o tema e mudar seus votos.

O advogado Luís Augusto Gomes, do Viseu Advogados, afirma que as empresas mantêm a esperança de que a ministra Regina Helena Costa, responsável pela

alteração favorável da jurisprudência na 1ª Turma, possa expor em detalhes as questões técnico-tributárias e conduzir os demais ministros à mudança de opinião.

Gomes ainda destaca que o debate continuará relevante mesmo com a unificação do PIS e da Cofins, com a criação da chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). “A depender dos pedidos formulados nessas ações, esses créditos de PIS e Cofins poderão ser ainda aproveitados para compensação com a nova CBS”, diz. A previsão está no artigo 121 do Projeto de Lei nº 3.887/2020.

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informa que o intuito de instituir o regime monofásico “é simplificar a cobrança e a análise de compliance em setores muito pulverizados (no varejo)”. A intenção, portanto, acrescenta, “não é desonerar”.

Ainda segundo o texto, “quando a lei procurou desonerar, apontou créditos presumidos de PIS/Cofins, como, por exemplo, fez em relação aos medicamentos e aos itens da cesta básica”. Por fim, destaca que “há uma perspectiva de que essa interpretação da lei, defendida pela Fazenda Nacional, continue majoritária”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Menos gordura: Anvisa libera fórmula emagrecedora esperta
FEXADROL | EMAGRECEDOR

LINK PATROCINADO

Menos barriga: fórmula emagrecedora alivia gordura profunda
FEXADROL

LINK PATROCINADO

Segredo Japonês contra dores nas articulações chega ao Brasil.

Teto pode ter 'gatilho' a partir de 95% de gasto

Guedes negocia com Congresso regra para acionar ajuste fiscal quando despesa encostar no limite

Por **Ribamar Oliveira** — De Brasília

14/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O governo quer que o Congresso Nacional aprove uma mudança constitucional, ainda neste ano, permitindo que as medidas de ajuste fiscal sejam acionadas sempre que a despesa obrigatória primária (não inclui os gastos com juros e amortização da dívida) ultrapassar 95% da despesa primária total da União, informou fonte credenciada da área econômica. A verificação será feita no momento da elaboração da proposta orçamentária anual.

A aprovação deste "gatilho", que aciona as medidas de ajuste das contas, está sendo negociada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, com os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre. O "gatilho" não valerá apenas para o Executivo, mas para todos os órgãos do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública. Cada um dos órgãos terá que adotar as medidas de ajuste quando o "gatilho" for acionado.

A regra já consta da Proposta de Emenda Constitucional 188/2019, chamada de PEC do Pacto Federativo, que está parada no Senado. O governo avalia que errou ao encaminhar, no ano passado, duas PECs tratando, basicamente, do mesmo assunto: a 188 e a 186. Esta última ficou conhecida como PEC Emergencial. A ideia agora é fundir as duas e tornar o texto mais enxuto, mas mantendo regras com impacto no curto, médio e longo prazo.

A regra que dispara o “gatilho” quando a despesa obrigatória chegar a 95% da despesa total é considerada como necessária “para o curtíssimo prazo”, como explicou uma fonte, porque o governo está com dificuldade de fechar a proposta orçamentária anual. Conforme afirmou, ainda será possível fechar o Orçamento para 2021, com um corte muito expressivo nas despesas discricionárias (investimentos e custeio da máquina administrativa).

Mas o governo não conseguirá elaborar o Orçamento de 2022, advertiu a fonte, pois os cortes necessários nas despesas discricionárias para acomodar os gastos obrigatórios serão de tal magnitude que vão paralisar as atividades da máquina administrativa, o chamado shutdown (paralisa do serviço público).

As medidas que poderão ser acionadas pelo governo, se a despesa obrigatória ultrapassar 95% da despesa total, já estão previstas no artigo 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Elas proíbem a concessão a qualquer título de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de servidores civis e militares, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa, alteração de estrutura de carreira que implique aumento de gasto, realização de concurso público e criação de despesa obrigatória, entre outras.

As duas PECs que estão no Senado darão origem a uma única, com texto diferente para, pelo menos, uma questão importante. O governo quer colocar um artigo permitindo que as operações de créditos que ultrapassem o valor das despesas de capital, mas necessárias para fechar a proposta orçamentária anual, sejam aprovadas pelo Congresso no mesmo momento da aprovação do Orçamento. Atualmente, o governo é obrigado a encaminhar ao Congresso uma proposta orçamentária com despesas condicionadas à aprovação, no ano seguinte, das operações de créditos necessárias.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Confira o preço
HAYLO MÁSCARAS